DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO
ISSN 2675-6676
R$ 6,00
www.diariodenoticias.com.br
ANO XXXIV • Nº 7459 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA 20 DE AGOSTO DE 2021
DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Anvisa veta uso da Coronavac em crianças e adolescentes

Sob o entendimento de que o perfil de segurança da vacina na população pediátrica não foi suficientemente demonstrado pelo Instituto Butantan, a Anvisa formou maioria para negar o uso da vacina Coronavac em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. A relação benefício-risco é desfavorável para o uso da vacina nessa população", disse o gerente-geral de medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes. *Pág. 08*

Dono da Precisa não explica majoração do preço da vacina na negociação

Em depoimento, ontem, 19, à CPI da Covid, o dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, se negou a responder sobre a pressão da empresa para o ministério acelerar a importação da Covaxin. A CPI suspeita da atuação da Precisa como intermediadora e de favorecimento do governo federal no contrato, na contramão de outros laboratórios, além do aumento no preço ao longo da negociação. *Pág. 03*

Bolsonaro volta a defender entrega de terras indígenas ao agro

Falando a apoiadores, ontem, 19, reunidos na porta do Palácio do Alvorada, o presidente Bolsonaro voltou a defender a entrega de terras indígenas ao agronegócio. Segundo ele, os indígenas querem produzir e, apesar da suposta vontade do povo indígena, há grandes obstáculos que dificultam a integração desses povos à sociedade. *Pág. 03*

(Foto: EBC)

O ministro também afirmou que, para cumprir suas funções constitucionais, precisa parcelar o pagamento dos precatórios.

Sem parcelar precatórios, não haverá verba nem para salários, diz Guedes

Durante audiência pública da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ontem, 19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, alertou que se a proposta de parcelamentos de precatórios não passar no Congresso, não haverá verba suficiente para fazer rodar a máquina pública e que até recursos para pagamento de salários vão faltar. "É inexequível pagar precatório de R$ 90 bilhões com as leis vigentes, vai parar Brasília", anteviu. A PEC foi entregue na semana passada ao Congresso e precisa de 308 votos da Câmara e 49 do Senado, em dois turnos de votação em cada Casa, para ser aprovada. O ministro também afirmou que, para cumprir suas funções constitucionais, precisa parcelar o pagamento dos precatórios. Guedes disse ainda considerar natural o "barulho" visto em torno do tema. "É natural, mas às vezes há excesso. E excesso em todos os poderes", apontou, no evento realizado por videoconferência. *Pág. 05*

CNI aponta alta da produção industrial pelo 3º mês consecutivo

(Foto: EBC)

A capacidade Instalada aponta estabilidade em relação a junho, permanecendo em 71%.

A pesquisa Sondagem Industrial divulgada ontem, 19, pela CNI mostra que a produção industrial brasileira apresentou crescimento pelo terceiro mês consecutivo. O índice que mede a evolução do emprego também registrou uma ligeira alta, de 51,5 pontos em junho para 52 pontos em julho. Com relação à Utilização da Capacidade Instalada (UCI), a Sondagem aponta uma estabilidade em relação a junho, permanecendo em 71%. *Pág. 05*

CPI quebra sigilo de empresas que negociaram vacinas com o governo

(Foto: Estadão)

Um dos alvos da investigação é a empresa Precisa Medicamentos, cujo dono, Francisco Maximiano, negou-se a falar na sessão de ontem, 19, da CPI.

A CPI da Covid aprovou ontem, 19, uma série de requerimentos para acessar informações sobre empresas que negociaram vacinas contra a covid com o Ministério da Saúde, e aprovou a quebra de sigilos fiscal, bancário, telemático e telefônico da Fib Bank, que teria dado a garantia ao negócio fechado entre a Precisa Medicamentos e o governo federal na compra da vacina indiana Covaxin. Os senadores aprovaram também a quebra de sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático da Global Gestão em Saúde, outra empresa de Francisco Maximiano, sócio-proprietário da Precisa Medicamentos, alvo de investigação do MPF por um contrato com o Ministério da Saúde em 2017, e que optou pelo silêncio em seu depoimento à comissão ontem, 19. Segundo o Estadão Maximiano levou à Índia uma comitiva de empresários com os quais sua rede de empresas fez transações milionárias consideradas suspeitas. *Pág. 03*

Caixa fechou 1º semestre com lucro de R$ 10,8 bilhões

Com o lucro de R$ 6,3 bilhões no segundo trimestre de 2021, uma alta de 144,7% na comparação com o mesmo período de 2020, a Caixa totalizou o lucro total de R$ 10,8 bilhões no primeiro semestre. As contratações de crédito imobiliário cresceram 101,3% no primeiro semestre, na comparação com igual período do ano anterior, totalizando R$ 37,4 bilhões. *Pág. 05*

Governadores são os culpados por crise econômica, diz Bolsonaro

Em referência, mais uma vez, às medidas de isolamento social adotadas pelos governos estaduais para conter a pandemia de covid-19, seguindo orientações das autoridades sanitárias, o presidente Bolsonaro voltou ontem, 19, a culpar os governadores pela crise econômica, com a volta da inflação, falando a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. *Pág. 03*

Justiça rejeita pedido do MP para suspender recuperação da Samarco

O pedido feito pelo MP-MG para suspender o processo de recuperação judicial da Samarco foi negado pelo juiz Adilon Cláver de Resende, da 2.ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte. Em sua decisão, o juiz cita que suspender o processo representaria "uma medida extrema e com forte indicação de prejuízos à Samarco e aos seus credores. *Pág. 08*

TEMPO SECO
Diminua as consequências

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,78%
IPC (FIPE) - mês	1,02%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4343%
Ibovespa (pontos)	117.164
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,18%
CDB pré 90 dias - ano	5,88%
CDI acumulado - mês	0,25%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,4220/R$ 5,4230
Dolar turismo	R$ 5,4600/R$ 5,6070
Euro turismo	R$ 6,3280/R$ 6,3300

Várias pessoas são mortas no Afeganistão em protestos contra o Talibã

Pág. 07

Organizações mobilizam campanhas para ajudar afegãos

Pág. 07

Biden volta a pedir que americanos se vacinem e diz que 3ª dose não impede doação

Pág. 07

OPINIÃO

Passo o Ponto

**Celina Moraes, escritora*

Nas minhas caminhadas, observo as placas de "passo o ponto", que podem significar "passo meu projeto de vida" ou "o negócio passou do ponto" porque não vinga na era digital, e penso que muitas das pessoas que trabalhavam ali caíram no infortúnio do desemprego.

Fatores externos, fora de nosso controle, como crises que empobrecem um país e seu povo, podem tirar tudo da gente, menos o nosso entusiasmo, que depende só de nós. Temos de lutar para que tragédias econômicas não empobreçam nosso espírito e enriqueçam nossa descrença na vida.

Em 1989, pedi as contas de uma multinacional para abrir uma agência de eventos. Aí veio o Plano Collor e os eventos que mais organizei foram "falta de dinheiro", "falência relâmpago" e "medo do despejo".

Para aumentar os infortúnios, capotei meu carro, quebrei a clavícula e ganhei um corpo tatuado de hematomas. Sem plano de saúde e falida, um médico recomendou repouso de três meses. Nem cogitei essa opção. Repouso era um luxo para mim.

Eram tantas as pedras no meu caminho que pensei em construir uma caverna para me enfiar lá. Sem dinheiro para condução, andava horas procurando emprego. Um dia, vi um anúncio de "Assistente de Marketing" e fui até a agência. A selecionadora achou que eu era qualificada para uma vaga de gerente administrativo-financeiro por ter sido empresária. Espantada, respondi-lhe que se tivesse talento para empresária não estaria me candidatando a uma vaga de assistente. Mas ela insistiu na maluquice de me indicar para a posição.

Fui para a entrevista e quando me apresentei ao diretor da empresa, achei que estava diante de outro doido, que fumava cachimbo, quando ele me disse que tínhamos um amigo em comum. Mas ele conhecia meu ex-chefe da multinacional e já tinha as minhas referências. Lembrei-me do velho ditado de sempre deixar uma portinha aberta ao sairmos.

Porém, disse-lhe, honestamente, que abominava matemática e era incompetente com números. Sem se abalar e fumando seu cachimbo, ele me perguntou se eu tinha entusiasmo. Respondi que até de sobra. Então, ele falou que dominava matemática e que tinha paciência de sobra para me ensinar se eu tivesse entusiasmo para aprender. Aceitei o desafio e os números mudaram minha vida.

Se você me perguntar qual é a receita para se motivar diante dos obstáculos da vida, que a todo instante nos faz escolher entre agir ou reclamar, eu diria que, no meu caso, é a Fé inabalável em Deus, amor à vida e frases de sabedoria, como a de Albert Einstein: "Lembre-se que as pessoas podem tirar tudo de você, menos o seu conhecimento" e eu acrescentaria "menos o seu entusiasmo" também.

(*) Formada em Letras, Celina Moraes é escritora e cronista. Autora dos romances "Jamais subestime os peões" e "Lugar cheio de rãs", que foi vencedor do Prêmio "Lúcio Cardoso" em 2010 pelo 3º lugar no concurso internacional de literatura promovido União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro (UBE-RJ). Ainda teve o conto "Rumo ao topo numa canoa quebrada" selecionado para compor a antologia da UBE, "Contos: História de Amor e Dor".

ARTIGO

Atletas Olímpicos e competição a cada quatro anos: com a medalha em mãos, como eles deveriam se programar financeiramente?

**Por Ale Boiani, CEO, fundadora e Sócia do 360iGroup*

Em uma edição histórica das Olimpíadas, que contou com o recorde de número de medalhas na competição, os Jogos Olímpicos de Tóquio chegaram ao fim no último dia 8 de agosto. Agora, com as medalhas em mãos e os valores que elas trazem consigo, como estes atletas deveriam se organizar financeiramente, levando em consideração o fato de o evento acontecer apenas a cada quatro anos, e os atletas terem uma aposentadoria precoce?

Sobre este ponto, vale lembrar que embora a maior parte das modalidades olímpicas não tenham idade limite para competição, pelo nível de esforço que é necessário a média de idade dos atletas é de 26 anos. No futebol a idade limite é 23 anos (este ano aumentou para 24 anos por causa da pandemia) e para o boxe é 40 anos.

Se um atleta começa a competir com 15 anos de idade, e conquista a cada 4 anos uma medalha de ouro, do ponto de vista financeiro, se ele investir esses R$ 240 mil com uma rentabilidade média de 8% ao ano, por exemplo, conseguirá acumular aproximadamente R$ 326 mil, que reinvestidos podem fazer com que ao participar de 4 olimpíadas, acumule saldo acima de R$ 1 milhão e consiga viver de renda.

Mas, sabemos que infelizmente algumas vezes com a falta de programação e de informação sobre finanças e investimentos, imprevistos financeiros sérios podem fazer até com que atletas vendam suas medalhas para conseguirem se manter.

Quando pensamos em modalidades como vôlei e futebol, geralmente o atleta é filiado a algum clube, tem recebimentos mensais, e pode, inclusive, se aposentar.

Já os atletas individuais de modalidades olímpicas, na maior parte das vezes, isto não acontece e o atleta precisará tomar responsabilidade sozinho pela própria vida financeira.

Voltando a falar das Olimpíadas deste ano, dos 302 atletas que participaram da competição especificamente, 242 receberam a bolsa atleta. Ao todo foram 21 pódios para o Brasil. 7 medalhas de ouro, 6 medalhas de prata e oito medalhas de bronze. E, falando de valores, os atletas levaram para casa R$240 mil por medalha de ouro, R$150 mil por medalha de prata, e R$100 mil por medalha de bronze. Isto quando falamos de modalidades individuais, não esquecendo o fato de um atleta pode ganhar mais de uma medalha e aumentar seus rendimentos desta maneira.

Já quando falamos de equipes, os valores precisam ser divididos entre eles. R$ 750 mil pelo ouro, R$450 mil pela prata e R$300 mil para o bronze (quando a equipe tem mais do que 6 atletas).

Diante deste cenário, vale pensar sobre como fica a vida financeira destes atletas após as Olimpíadas e como é possível utilizar esta conquista da melhor forma, garantindo saúde financeira a longo prazo. Sabemos que, após o evento, muitos acabam ficando esquecidos e deixando de gerar renda, passando a depender muitas vezes apenas de salários e bolsas oferecidas e arcando com recursos próprios para conseguirem se manter na profissão.

**Ale Boiani é CEO, gestora e fundadora do grupo financeiro 360iGroup, fundado há 11 anos e que tem cinco linhas diferentes de negócios nas áreas de seguros, finanças, investimentos e planejamento patrimonial, sucessório, tributário e fiscal. Com a profissional, que possui experiência de mais de 20 anos na área na linha de frente, acompanhia soma 1,3 bilhão sob administração e mais de 2.500 pessoas capacitadas.*

ARTIGO

Odontologia: Isolamento Absoluto em tempos de isolamento social

**Por Prof. Dr. Thiago Altro*

Isolados... é assim que estamos e é assim que nos sentimos. Mas com a convicção de que essa medida pode salvar vidas.

É sabido que isolamento social se faz necessário devido à incapacidade do sistema de saúde acolher todos os potenciais infectáveis. Por conta da fácil transmissibilidade e a ausência de uma droga específica para esse vírus, medidas que evitam o contato e a circulação de pessoas dificultam a propagação da doença e possibilitam que o sistema de saúde consiga tratar todos os doentes.

As adaptações e as restrições sociais pelas quais estamos sujeitos são muitas nesse período, nos colocamos em atenção e alerta em qualquer situação que nos obriga a sair desse ambiente seguro e familiar.

Espaço esse que, restrito ao convívio dos amigos e familiares distantes, nos trazem a sensação de conforto e segurança, porém a qualquer momento podemos ter necessidade de exposição. E é o que sinto quanto aos pacientes que me procuraram na clínica nos últimos meses.

No dentista não é diferente, e a maioria dos consultórios dentários já se adequou para receber seus pacientes de braços abertos com inúmeras medidas de segurança.

Providências que impactam o paciente desde a recepção e também durante o atendimento na cadeira. Dentre as medidas chamadas clínicas de biossegurança está o procedimento chamado Isolamento Absoluto.

O Isolamento Absoluto consiste no total controle da umidade do dente a ser tratado ou de todos os dentes de um arco dentário que passará por um procedimento restaurador. Isso é: isolar o dente da saliva, missão possível graças à inserção de uma folha de borracha muito fina entre os dentes, que os deixam isolados da saliva, língua e bochecha durante o trabalho do dentista.

Tal procedimento é usado durante a colagem de restaurações de resina ou cerâmica nos dentes e foi considerado, por muito tempo, uma técnica de luxo devido ao aumento do custo operacional, do tempo de consulta e do custo do material propriamente dito. Porém, em 2019, logo no início da pandemia, o pesquisador chinês Xian Peng publicou recomendações para o controle de infecções na pratica clínica, colocando o procedimento Isolamento Absoluto em destaque por diminuir significativamente a produção de aerossóis e gotículas contaminadas de sangue ou saliva nos casos em que o motorzinho do dentista e/ou ultrassom são utilizados.

Ainda, segundo o pesquisador, o Isolamento Absoluto foi responsável pela redução de partículas de aerossóis circulantes em 70% em raio de um metro da cadeira odontológica.

Só por essa eficiência no controle de infecção e contaminação, o procedimento já estaria indicado na maioria das intervenções odontológicas. Ele também traz inúmeros outros benefícios, como:

- Melhor visibilidade do dentista no campo operatório, por deixar o dente exposto e longe das mucosas;
- Perfeito controle de umidade no dente pelo dentista, ideal para colagem de restaurações, lentes de contato dental, próteses de cerâmica, resina ou hibridas - pois não é uma tarefa fácil colar algo que deve ficar fixado por muitos anos, embaixo d'água;
- Impede a deglutição e a aspiração de instrumentos, brocas, chaves e materiais restauradores que acidentalmente podem cair na boca durante um procedimento;
- Impede o paciente de sentir gosto ou odores desagreveis durante a consulta, o que se torna um alívio para pacientes ansiosos e com fobias;

Entre outros benefícios clínicos que facilitam a vida do dentista e melhoram a qualidade do procedimento para o paciente.

**Sobre o Prof. Dr. Thiago Altro - Mestre em Implantodontia pela São Leopoldo Mandic, membro SBOE (Sociedade Brasileira de Odontologia Estética) e ABOD (Associação Brasileira de Odontologia Digital), é cirurgião dentista, reabilitador oral e sócio proprietário da Clínica Odontológica AltroVilela, em Campinas. Com residência em implantodontia pela ITI (International Team for Implantology), é palestrante nacional e autor de publicações relacionadas à área de atuação.*

ARTIGO

Como será o amanhã do Blockchain?

Comércio exterior se beneficia da capacidade que a tecnologia tem de criar conexões entre os diversos atores da cadeia logística

Alexandre Pimenta (*)

Quando se fala em Blockchain, muitos pessoas associam a ferramenta ao setor financeiro, mas ela pode ser utilizada em várias áreas de negócio para garantir mais segurança aos processos. O Blockchain é um sistema de registro de informações que torna praticamente impossível alterar, hackear ou trapacear o sistema. Trata-se de uma cadeia de blocos digitais com código criptografado, que armazena algum tipo de dado. Assim que esse bloco for construído e validado pela rede, ele se junta à cadeia. O próximo bloco terá, além de suas próprias informações, a impressão digital do bloco anterior, de forma que esse encadeamento permita a descentralização e a segurança dos dados.

A tecnologia começou a ser estudada nos anos 90, mas foi com o surgimento da moeda criptografada, o Bitcoin, que ela se tornou relevante. Desde então, várias aplicações vêm sendo desenvolvidas e extrapolam o ambiente financeiro.

O Blockchain facilita o registro de transações e rastreamento de ativos tangíveis (casa, carro, imóvel, dinheiro) e intangíveis, tais como patentes, criação de marcas e direitos autorais. No ano passado ganhou força a venda de memes e de obras de arte digitais por NFT, ou token não fungível, que utiliza Blockchain.

A obra de arte não existe fisicamente, mas o comprador recebe um arquivo criptografado com a imagem original e as linhas de código do NFT, que é totalmente único e serve como certificado de posse e de autenticidade.

Uma das principais vantagens do Blockchain é a possibilidade de fazer uma transação sem intermediários, o que garante mais agilidade e custos menores. O comércio exterior é um segmento que está investindo na transformação digital, que inclui a adoção do Blockchain na importação e exportação. Atualmente, o Portal do Comércio Exterior permite que até 30% do valor total das importações nacionais sejam registrados em Blockchain.

No Brasil, a utilização da tecnologia no comércio exterior foi regulamentada pela Polícia Federal em novembro de 2020. Com a ferramenta, a validação de documentos nas aduanas se torna menos burocrática e mais ágil, além de eliminar um grande volume de papel exigido nas transações. O objetivo é assegurar a autenticidade esegurança dos dados aduaneiros compartilhados, inicialmente, entre os países do Mercosul. A expectativa é ampliar as conexões com outros blocos econômicos para facilitar e fomentar o comércio internacional.

Por meio da ferramenta Blockchain é possível interligar exportadores, linhas de navegação, operadores portuários e terminais, transporte terrestre e autoridades alfandegárias, que passam a acompanhar o envio de dados em tempo real. Dessa forma, os processos se tornam mais fluidos e seguros, contribuindo para a prevenção de crimes.

Com a digitalização dos fluxos de documentação, a ferramenta gera insights em toda a cadeia de comércio internacional. A tendência é que mais integradores de processos logísticos passem a adotar este tipo de plataforma de forma para que tenham um acompanhamento mais eficiente e amplo de todo o processo de transporte de produtos, da saída do exportador até a efetiva entrega ao importador.

Independentemente da indústria, o futuro do Blockchain é promissor. Em seu relatório Worldwide Blockchain Spending Guide, a consultoria IDC aponta que as organizações em todo o mundo devem gastar com a tecnologia cerca de US$ 7 bilhões, um aumento de mais de 50% em relação ao ano passado. Até 2024, a previsão é de uma taxa de crescimento anual composta (CAGR) de 48%.

A experiência comprovada do Blockchain em algumas áreas tem levado várias empresas a vislumbrarem sua utilização como um diferencial de mercado, na medida em que combina aumento de produtividade das equipes, eficiência de ponta a ponta e alto nível de segurança. Como a rede não está centralizada em nenhum lugar, qualquer tentativa de invasão é reconhecida pelo sistema, que trava automaticamente, em questão de segundos, para evitar fraudes e prejuízos.

O uso do Blockchain é um processo evolutivo e um caminho sem volta. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, até 2025, 10% do PIB global estará registrado nesses blocos digitais.

Ao simplificar a gestão e oferecer novos modelos de negócios, inclusive no segmento de comércio exterior, a tecnologia tende a se consolidar como uma aliada de peso nas transformações essenciais à nova economia, que demandará cada vez mais modelos colaborativos, inovadores, sustentáveis e transparentes.

(*) Alexandre Pimenta é CEO da Asia Shipping, maior integradora logística da América Latina e a única da região presente no Ranking dos 50 maiores agentes de carga do mundo.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Bolsonaro reconhece 'problemas' na economia e inflação, mas culpa governadores

O presidente Bolsonaro reconheceu ontem, 19, que a economia brasileira passa por "problemas", como o avanço da inflação, mas voltou a jogar a culpa pela situação no colo dos governadores. "Isso é consequência da política do 'fique em casa'", declarou a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, em referência, mais uma vez, às medidas de isolamento social adotadas pelos governos estaduais para conter a pandemia de covid-19, seguindo orientações de autoridades sanitárias.

O avanço nos preços do gás de cozinha - que, em algumas regiões do País, já supera os R$ 100, corroendo o poder de compra da população - também foi colocado por Bolsonaro como culpa dos governadores. "O preço do gás não está caro, está R$ 45. Eu zerei o imposto federal. Cadê os governadores para não zerar o imposto federal do gás? Aí chega a R$ 130 na ponta da linha", disse o presidente da República.

Na verdade, como já mostrou o jornal O Estado de S. Paulo, do preço final do botijão, a maior parte fica com a Petrobras, que é responsável por quase a totalidade do fornecimento de gás de cozinha no País: 49%.

(Foto: EBC)

"Isso é consequência da política do 'fique em casa'", declarou Bolsonaro a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada.

Outros 36% ficam com as distribuidoras (que fazem a aquisição, armazenamento, envasamento, transporte, comercialização e controle de qualidade) e os pontos de revenda; e 14,5% são impostos estaduais (ICMS). Entre julho de 2020 e junho deste ano, de acordo com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), o preço final do botijão aumentou 25%, de R$ 69,96 para R$ 87,44, em média.

Embora o governo tenha zerado a incidência de impostos federais sobre o GLP neste ano, o impacto nos preços foi pequeno, em torno de R$ 2 por botijão, e parte da população mais carente voltou a apelar à lenha.

CPI aprova quebra de sigilo de empresa que deu garantia à Precisa na Covaxin

(Foto: EBC)

A CPI da Covid aprovou ontem (19) a quebra de sigilos fiscal, bancário, telemático e telefônico da Fib Bank, que teria dado a garantia ao negócio fechado entre a Precisa Medicamentos e o governo federal na compra da vacina indiana Covaxin.

Para senadores da comissão, há suspeitas de irregularidade na garantia apresentada pela empresa. A CPI também aprovou a convocação de dois diretores do Fib Bank, Roberto Pereira Ramos Junior e Luiz Henrique Lourenço Formiga.

A CPI aprovou ontem uma série de requerimentos para acessar informações sobre empresas que negociaram com o Ministério da Saúde. Um dos principais focos está na Precisa Medicamentos, que intermediou a compra da Covaxin, e em empresas que negociaram vacinas e medicamentos para o Ministério da Saúde.

Os senadores aprovaram, por exemplo, a quebra de sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático da Global Gestão em Saúde, outra empresa de Maximiano que já foi alvo de investigação do MPF por um contrato com o Ministério da Saúde em 2017. Em relação à Precisa, o senador Tasso Jereissati (PSDB-SP) destacou que a quebra de sigilo da matriz da empresa já foi aprovada pela comissão. Ontem, por sua vez, a comissão deu aval à transferência de informações de filiais da Precisa.

Conforme o Estadão mostrou, Maximiano levou à Índia uma comitiva de empresários com os quais sua rede de empresas fez transações milionárias consideradas suspeitas. A CPI da Covid apura se alguma dessas movimentações financeiras serviram para lavagem de dinheiro. A comissão também pedirá ao Itamaraty informações sobre os contatos da Precisa com a fabricante da vacina Covaxin, Bharat Biotech, que suspendeu as negociações com a empresa brasileira após o início da investigação.

Os senadores também apertaram o cerco contra o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Dias, acusado de pedir propina para negociar vacinas.

'Maximiano pode ser preso se abusar de silêncio', afirma Alessandro Vieira

O líder do Cidadania no Senado e membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Alessandro Vieira (SE), afirmou que o dono Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, pode ser preso se abusar do direito de silêncio por falso testemunho. Segundo ele, além disso, "é muito provável" que o executivo seja incluído na lista de investigados, assim como ocorreu com o advogado da Precisa Medicamentos, Túlio Silveira, que na quarta-feira, 18, prestou depoimento no colegiado.

A oitiva de Maximiano está marcada para esta quinta-feira (19). Ele comparece à CPI beneficiado por um habeas corpus que lhe garante o direito a não se incriminar e a permanecer em silêncio.

De acordo com o senador, o colegiado esclareceu com o Supremo Tribunal Federal (STF) os limites do direito do habeas corpus. "No caso específico do Maximiano, ele pode se calar em uma pergunta do tipo: 'Você pagou propina?'. Mas se pergunta é se ele conhece alguém, se já esteve com alguém ou se participou de uma determinada reunião, não", afirmou o senador em entrevista à CNN Brasil.

Contrato suspeito - A Precisa Medicamentos está na mira do colegiado após ter supostamente representado, junto ao governo federal, o laboratório indiano Bharat Biotech na venda da vacina Covaxin. Maximiano já cancelou outros quatro depoimentos à CPI. O negócio entre a representante, o laboratório indiano e o Ministério da Saúde, em contrato cancelado de R$ 1,6 bilhão, tem suspeitas de irregularidades investigadas pelo Ministério Público Federal (MPF). O valor chegou a ser empenhado após tratativas céleres mesmo sem a Covaxin ter obtido aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Sobre novos depoimentos na comissão, Vieira lamentou que não houve consenso no grupo majoritário do colegiado sobre a convocação do ministro da Defesa, Walter Braga Netto, à CPI. Para ele, o chamamento do ministro é objetivo e importante para o esclarecimento de temas tratados na comissão. "Mantenho o requerimento de convocação", declarou. Para ele, no entanto, se o colegiado continuar a negar o depoimento, "paciência, a democracia funciona assim e está sujeita a erros".

AGU pede ao STF suspensão de precatórios do Fundef e abertura de conciliação

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenda a ordem dada à União para pagar dívidas judiciais com Estados relativas a repasses do Fundef, fundo para o desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério que vigorou até 2006. O órgão jurídico do governo também solicitou ao presidente do STF, Luiz Fux, que abra uma conciliação sobre o tema.

O pedido foi feito no âmbito de uma Ação Cível Originária (ACO) movida pelo Estado da Bahia, que tem R$ 8,767 bilhões a receber do governo federal em 2022. Mas a própria AGU já antecipou no documento que vai ingressar com solicitações semelhantes em outras três ações, movidas por Pernambuco, Ceará e Amazonas. Ao todo, o pedido alcançará R$ 15,6 bilhões em precatórios previstos no Orçamento do ano que vem.

Caso Fux aceite o pedido, União e Estados poderão negociar um acordo para o pagamento do passivo do Fundef, após a Corte ter reconhecido que os repasses foram subestimados no passado. A conciliação abriria caminho a uma possibilidade de parcelamento amigável da dívida. A medida adotada pela AGU é mais uma investida do governo para tentar conter o "meteoro" de dívidas judiciais previstas para 2022. O termo foi usado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para se referir à fatura de R$ 89,1 bilhões em precatórios calculada para o ano que vem.

O crescimento expressivo dessa conta (61% ante 2021) ocupou todo o espaço que a equipe econômica tinha dentro do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação) para ampliar o Bolsa Família - medida que é uma peça-chave nos planos do presidente Jair Bolsonaro para concorrer à reeleição.

No início do mês, a equipe de Guedes apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a possibilidade de parcelamento de todos os precatórios acima de R$ 66 mil. Uma regra permanente estipula o pagamento em prestações de todas as dívidas maiores que R$ 66 milhões. Para débitos entre esses dois valores, a regra de parcelamento seria transitória, até 2029. A PEC tem enfrentado resistências de diversos grupos, entre eles parlamentares, economistas, agentes do mercado financeiro e representantes dos Estados.

Maximiano diz na CPI que preço da Covaxin foi definido por empresa indiana

O dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, afirmou em depoimento à CPI da Covid que o contrato com o Ministério da Saúde para compra da Covaxin previa pagamento diretamente para o fabricante, no caso, a Bharat Biotech, na Índia.

O empenho de R$ 1,6 bilhão, porém, foi feito à Precisa, mas o empresário se recusou a dar esclarecimentos sobre o procedimento. Além disso, não respondeu sobre a pressão da empresa para o ministério acelerar a importação da Covaxin.

Maximiano confirmou que o contrato estabelecia a compra de 20 milhões de doses a US$ 15 a unidade, mas não explicou a mudança de preço ao longo da negociação. Ele repetiu a versão dada pela diretora da empresa, Emanuela Medrades, de que o preço foi estabelecido pela companhia indiana e que a Precisa conseguiu fechar um contrato com o valor mínimo exigido pela fabricante.

A CPI da Covid suspeita da atuação da Precisa como intermediadora e de favorecimento do governo federal a esse contrato na contramão de outros laboratórios, além do aumento no preço ao longo da negociação.

Preço mais caro - A controvérsia foi levantada após reunião do ministério com representantes da Bharat Biotech e da Precisa no dia 20 de novembro no ano passado. Na ocasião, foi informado o valor de US$ 10 com a possibilidade de o preço baixar a depender da quantidade de doses que o governo brasileiro comprasse.

Antes de evento da Funai, Bolsonaro fala em destinar terras indígenas ao agro

O presidente Bolsonaro voltou a defender a entrega de terras indígenas ao agronegócio. "A gente dobra a produção no Brasil e diminui despesas", afirmou a apoiadores reunidos na porta do Palácio do Alvorada ontem, antes de embarcar para Cuiabá, onde participaria de seminário organizado pela Secretaria de Governo (Segov) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Além do presidente, o evento, batizado de "Seminário sobre Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade no Centro-Oeste - Dia do Campo", teve as participações da ministra da Segov, Flavia Arruda, do presidente da Funai, Marcelo Xavier, e do governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM). Segundo a assessoria de Mendes, o seminário visa "contribuir para a autonomia dos povos indígenas por meio do desenvolvimento de atividades econômicas, impulsionar a produção sustentável nas aldeias". Haverá entrega de 42 equipamentos agrícolas a comunidades indígenas do Estado.

Para Bolsonaro, no entanto, apesar da suposta vontade do povo indígena, há grandes obstáculos que dificultam a integração desses povos à sociedade. "A gente briga com a Igreja Católica, parte do MP, com ambientalistas, ações na Justiça. Mas os caras querem produzir, só trabalhar e mais nada", afirmou o presidente aos apoiadores presentes. "Os índios querem produzir, não querem favores de ninguém".

'Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações', diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avaliou nesta quinta-feira que a pandemia de covid-19 desnudou o déficit social e o vácuo político de ações na chamada primeira infância. Ele defendeu um compromisso de todos os atores políticos - de direita e de esquerda - com medidas de proteção às crianças brasileiras e garantiu que essas ações terão prioridade no orçamento federal.

"Estamos sempre conversando com governadores sobre finanças, orçamento, produtividade, e a importância da educação. Precisamos ter um compromisso com as próximas gerações. Estamos aderindo a esse compromisso que todos temos que ter, acima dos partidos, da direita e da esquerda, acima de qualquer desavença entre contemporâneos", afirmou o ministro, em seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo Guedes, a adesão do governo federal ao Pacto Nacional pela Primeira Infância dará condições para que Estados e municípios possam executar de foram descentralizada as ações propostas com recursos da União.

"Os investimentos mais rentáveis que uma sociedade pode fazer são exatamente os investimentos de zero a seis anos, levando a um melhor ambiente cognitivo, social e de proteção para a formação do indivíduo. Temos que fazer um esforço maior dos poderes políticos e da sociedade civil, por duas gerações pelo menos, mas que não poderá ser descuidado jamais", completou o ministro.

CPI aprova requerimentos mirando a negociação da Covaxin

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid aprovou ontem (19), uma série de requerimentos para acessar informações sobre empresas que negociaram com o Ministério da Saúde. Um dos principais focos está na Precisa Medicamentos, que intermediou a compra da Covaxin, e em empresas que negociaram vacinas e medicamentos para o Ministério da Saúde. A CPI aprovou um novo bloco de requerimentos para aprofundar as informações em relação à Precisa. Os senadores quebraram o sigilo fiscal e pediram informações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de pessoas e empresas ligadas à Precisa Medicamentos, entre elas o dono da empresa, Francisco Maximiniano, convocado para prestar depoimento ontem (19). Os senadores aprovaram, por exemplo, a quebra de sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático da Global Gestão em Saúde, outra empresa de Maximiano que já foi alvo de investigação do Ministério Público Federal (MPF) por um contrato com o Ministério da Saúde em 2017. Em relação à Precisa, o senador Tasso Jereissati (PSDB-SP) destacou que a quebra de sigilo da matriz da empresa já foi aprovada pela comissão. Hoje, por sua vez, a comissão deu aval à transferência de informações de filiais da Precisa. Conforme o Estadão mostrou, Maximiano levou à Índia uma comitiva de empresários com os quais sua rede de empresas fez transações milionárias consideradas suspeitas. A CPI da Covid apura se alguma dessas movimentações financeiras serviram para lavagem de dinheiro. A comissão também pedirá ao Itamaraty informações sobre os contatos da Precisa com a fabricante da vacina Covaxin, Bharat Biotech, que suspendeu as negociações com a empresa brasileira após o início da investigação. Representantes de duas empresas que negociaram com o Ministério da Saúde foram convocados para prestar depoimentos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

Eleva Participações e Negócios S.A

CNPJ nº 26.453.669/0001-22

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	**6.415**	117	**448.617**	328.265
Não circulante	**506.985**	405.066	**574.959**	504.316
Total do ativo	**513.400**	405.183	**1.023.576**	832.581

Passivo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante	**634**	11	**329.500**	275.965
Não circulante	**-**	-	**165.631**	138.917
Patrimônio líquido	**512.766**	405.172	**528.445**	417.699
Total do passivo e patrimônio líquido	**513.400**	405.183	**1.023.576**	832.581

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**32.322**	38.508	**253.085**	185.906
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(18)**	(30.430)	**(155.893)**	(103.610)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(32.268)**	(8.017)	**(61.902)**	(79.024)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**36**	61	**35.290**	3.272
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**153**	117	**99.733**	64.443
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**117**	56	**64.443**	61.171
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**36**	61	**35.290**	3.272

Demonstrações dos resultados

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	**-**	-	**2.140.818**	1.866.994
Lucro bruto	**-**	-	**561.109**	478.450
Despesas com vendas e distribuição	**-**	-	**(21.778)**	(19.652)
Despesas administrativas e gerais	**(155)**	(3)	**(432.999)**	(395.126)
Outras receitas operacionais, líquidas	**135.565**	252.353	**40.156**	184.754
Lucro operacional	**135.410**	252.350	**146.488**	248.426
Resultado financeiro	**6.851**	(1)	**62.313**	35.524
Lucro antes do IR e da CS	**142.261**	252.349	**208.801**	283.950
IR e CS correntes e diferidos	**(2.399)**	-	**(64.759)**	(29.231)
Lucro líquido do exercício	**139.862**	252.349	**144.042**	254.719
Lucro líquido atribuível:				
Acionistas controladores			**139.862**	**252.349**
Participação dos não controladores			**4.180**	**2.370**
			144.042	**254.719**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	**139.862**	252.249	**144.042**	254.719
Resultado abrangente do exercício	**139.862**	252.249	**144.042**	254.719

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1	120	-	-	-77	44	-	44
Aumento de capital com ações de outras entidades e integralização de investimentos adquiridos (Nota 16)	**160.797**	-	-	-	-	**160.797**	**10.157**	**170.954**
Aporte de capital recebido (Nota 18)	**30.770**	**(120)**	-	-	-	**30.650**	-	**30.650**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**252.349**	**252.349**	**2.370**	**254.719**
Destinação do lucro	-	-	**13.114**	**200.490**	**(252.272)**	**(38.668)**	-	**(38.668)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**191.568**	-	**13.114**	**200.490**	-	**405.172**	**12.527**	**417.699**
Aporte de capital recebido (Nota 18)	**1.600**	-	-	-	-	**1.600**	-	**1.600**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**139.862**	**139.862**	**4.180**	**144.042**
Destinação do lucro	-	-	**6.993**	**99.001**	**(139.862)**	**(33.868)**	**(1028)**	**(34.896)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (consolidado)	**193.168**	-	**20.107**	**299.491**	-	**512.766**	**15.679**	**528.445**

Diretores

Antonio Luiz Santichio - CPF nº 736.325.038-34
João Carlos Santichio - CPF nº 925.740.258-49
Francisco Laerte Santichio - CPF nº 044.418.668-95

"As demonstrações financeiras completas, inclusive relatório dos auditores independentes, sem ressalva, estão à disposição na sede da Empresa."

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO PRESENCIAL ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 020/2021 **- OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE USO TEMPORÁRIO DE SISTEMA PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL - **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 02 de setembro de 2021, às 09:00 horas, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

ITAMAR CORRÊA VIANA - Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 073/2021 **- OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE ASSIS-TÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES EM PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE - **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 03 de setembro de 2021, às 13:45 horas **- INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 03 de setembro de 2021, às 14:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

LEANDRO BASSINI - Secretário Municipal de Educação.

1ª ALTERAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS REABERTA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 004/2021 **- OBJETO:** RECAPEAMENTO DA AVENIDA ANTÔNIO MARQUES FIGUEIRA TRECHO DA RUA DR. PRUDENTE DE MORAES ATÉ A RUA BARUEL - **ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** 08 de setembro de 2021, às 09:10h **- ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 08 de setembro de 2021, às 09:30h, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

SAMUEL DE OLIVEIRA - Secretário Municipal da Manutenção e Serviços Urbanos.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7.001/2021

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA (EMPRESA OU COOPERATIVA) ESPECIALIZADA NA INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS VIA APLICATIVO WEB E MOBILE COM APOIO OPERACIONAL E TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, PROVEDORES DE CONTEÚDOS E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET, NOS TERMOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A Pregoeira designada pelo Sr. Diretor de Administração e Finanças e pela Sra. Diretora Jurídica e de Governança Corporativa da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.** no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, comunica a decisão de **DECLARAR FRACASSADO O CERTAME** acima referenciado, nos termos do parecer jurídico GJA - 210/2021, encartado no processo SEI nº 7010.2021/0006288-4, pois verificou-se que, encerrada a fase de lances, todas as empresas licitantes/participantes foram **RECUSADAS/DESCLASSIFICADAS**, por não comprovarem todos os requisitos exigidos no Instrumento Convocatório.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - ECOPISTAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Horário e Local: Em 30/06/2021, às 10h, na sede social da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Itaquaquecetuba/SP. **Presença**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **Mesa:** Presidente: Rui Juarez Klein; e Secretário: Marcello Guidotti. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a propositura de ações judiciais em face do poder concedente, a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), em razão de aplicação de penalidades por descumprimento de obrigação contratual sem a prévia notificação (envio de "não conformidade") ("Ações Judiciais"). **Deliberações**: Nos termos do item "g", inciso II do artigo 11 do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração aprovou o ajuizamento de Ações Judiciais em face da ARTESP, bem como autorizou a diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização do ora deliberado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Itaquaquecetuba, 30/06/2021. Presidente: Rui Juarez Klein; e Secretário: Marcello Guidotti. Conselheiros: Marcello Guidotti, Marcelo Lucon, Nicolò Caffo e Rui Juarez Klein. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Marcello Guidotti - Secretário da Mesa. JUCESP nº 356.173/21-5 em 23/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 044/2021 - Republicação. Processo Administrativo n.º 4.455/2021. Oferta de compra: 871400801002021OC00047. Endereço Eletrônico: www.bec.sp.gov.br e www.vinhedo.sp.gov.br/licitacoes. Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VINHEDO, CONFORME EDITAL E ANEXOS. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 20 de Agosto de 2021 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, dia 02 de Setembro de 2021 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos sítios acima mencionados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE "A - Z", CONSTANTES DA TABELA CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), CONFORME ANEXO I, VISANDO À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTES DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA, OS QUAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ALVINLÂNDIA-SP, POR FUNCIONÁRIO DA EMPRESA VENCEDORA, SEM NENHUM CUSTO ADICIONAL PARA O MUNICÍPIO". Transcorrido o prazo de recurso referido na alínea " b" do inciso I do artigo 109 da lei 8.666/93, sem a efetivação de qualquer ato, e de posse, dos documentos que compõem o processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 016/2021, PROCESSO Nº 043/2021, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE " A - Z" , CONSTANTES DA TABELA CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), CONFORME ANEXO I, VISANDO À DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À PACIENTES DE ACORDO COM PRESCRIÇÃO MÉDICA, OS QUAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ALVINLÂNDIA-SP, POR FUNCIONÁRIO DA EMPRESA VENCEDORA, SEM NENHUM CUSTO ADICIONAL PARA O MUNICÍPIO, composto inclusive de parecer jurídico, e da COMUL (Comissão Municipal de Licitações), da Prefeitura Municipal de Alvinlândia, contidas da Ata de Julgamento de 30/07/2021, HOMOLOGO todos os procedimentos realizados que classificou a empresa: AMANDA B. MOSSINI - ME que apresentou o maior desconto para os itens: 01 o desconto de 10%; 02 o desconto de 22%, 03 com o desconto de 21%, sobre a TABELA CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA). Nos termos da legislação em vigor, esse termo de HOMOLOGAÇÃO foi expedido em 05/08/2021. Proceda-se a seguir as providências complementares, como comunicado, publicações, empenhos e outras medidas necessárias para que surta os efeitos legais e de direito. Alvinlândia - SP, 05 de agosto de 2021.
ABIGAIL CATELI DIAS - PREFEITA MUNICIPAL

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública nº 02/2021 - Processo Licitatório nº 699/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada, para os serviços de topografia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, incluindo relatórios, plantas, georreferenciamento, cadastros e demais objetos da topografia. A Sessão Pública da Concorrência ocorrerá às 09h30min do dia 27/09/2021, no seguinte endereço: Travessa Amor Perfeito, nº 06 - Bairro São Nilo, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, onde serão recebidos os envelopes 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, 02 - PROPOSTA COMERCIAL, os documentos para o(a) representante do(a) licitante se credenciar e a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. EXCETO OS ENVELOPES ENVIADOS VIA CORREIO, que deverão ser enviados para a sede do SAAE no endereço constante no item 1.1. do edital. O Edital e seus anexos em inteiro teor estarão à disposição dos interessados a partir do dia 20/08/2021. Consulta/Aquisição do edital: www.saaepedreira.com.br (gratuita) ou Setor de Licitação (recolhimento de R$ 11,20), de 2ª à 6ª feiras (exceto feriados ou pontos facultativos), das 08h00min às 17h00min - SAAE - Av. Joaquim Carlos, nº 1539, Vila São José - Fone: (19)3852-4653. Pedreira, 19 de Agosto de 2021.
Leonardo Selingardi - DIRETOR GERAL INTERINO DO SAAE

COMUNICADO

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 733/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE 600 (SEISCENTOS) TONELADAS DE CBUQ, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO PARA REPAROS DAS VIAS PÚBLICAS, ONDE HOUVE IMPLANTAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO EXECUTADOS PELO SAAE

Em vista de revisão feita nesta data ao referido edital, foi observado a necessidade de acrescentar o subitem 2.1.2, conforme descrito abaixo:
Fica acrescido o subitem 2.1.2. no edital, "Valor médio orçado: R$ 1.686,37 (um mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos)/tonelada". Fica inalterado o que mais constava no Edital e em seus anexos, naquilo que não confiltar com o que está disposto acima.
1 - PREÂMBULO: Tendo em vista as alterações acima, fica alterada a data da sessão Pública da Tomada de Preços para às 8:30h do dia 09/09/2021, no seguinte endereço: Avenida Joaquim Carlos, nº 1.539 - Vila São José, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, onde serão recebidos os envelopes 01 - PROPOSTA COMERCIAL, 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, os documentos para o(a) representante do(a) licitante se credenciar e a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

Pedreira, 18 de Agosto de 2021.
Leonardo Selingardi - DIRETOR GERAL INTERINO - SAAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/21 – Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agenciamento de estágios de estudantes, de acordo com a Constituição Federal, art. 203, III, e art. 214, IV, conforme especificações constantes do anexo I deste edital, do tipo **MENOR VALOR POR ALUNO**. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** até o dia 02/09/2021 às 09:00h e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. A retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail nos endereços pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Administração, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Fábio Ferreira da Silva
Secretário de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 040/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3.890/2021 - SECRETARIA REQUISITANTE: Secretarias Municipais de Educação e Outras. **OBJETO:** Contratação de empresa para o fornecimento de recarga de gás GLP, cilindros P13 e P45, conforme especificações do edital e seus anexos. **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO POR ITEM. **DATA/HORA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS:** até o dia 01/09/2021 entre 08h30 e 09:00 horas. **DATA/HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO":** dia 01/09/2021, às 09:00 horas. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** Sala de Licitações situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Matheus, na cidade de Vinhedo/SP, Anfiteatro do Centro Médico Dr. Manoel Matheus Neto. **LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL:** O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 20/08/2021, na Secretaria Municipal de Administração, Paço Municipal, na Rua Humberto Pescarini, nº 330, bairro Centro, Vinhedo (SP), CEP 13.280-085, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento do valor da pasta ou, gratuitamente, por meio do site www.vinhedo.sp.gov.br. **VALOR DA PASTA:** R$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2021
PROCESSO Nº 1.114/2021
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL SULFITE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, Adjudica e Homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:
- LIVRARIA E PAPELARIA SÃO JOSÉ ARAÇATUBA LTDA – EPP, para fornecer o item: 01;
- T. S. COUTINHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP, para fornecer o item: 2.1;
- KARISMA LIMEIRA MAGAZINE LTDA - ME, para fornecer o item: 2.2;

GABINETE DO PREFEITO, 18 de agosto de 2021.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2021 - PROCESSO Nº 994/2021
COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o processo licitatório supracitado, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO - ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, À RUA COELHO NETO Nº 1.999 - BAIRRO JARDIM VILA NOVA - ARAÇATUBA/SP, tornou-se DESERTO.

Araçatuba, 17 de agosto de 2021.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2021 - PROCESSO Nº 955/2021

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a RETIFICAÇÃO do EDITAL e NOVA DATA de entrega e abertura dos envelopes, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE MURO E PORTÃO NA EMEB ANA MARIA NÉRI LANDRE".
Informamos que a nova data de entrega e abertura dos envelopes dar-se-á as 09h00min do dia 22/09/2021, na sala de Licitação, Rua Coelho Neto, 73 - Araçatuba-SP.
O Edital retificado encontra-se à disposição no site www.aracatuba.sp.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 19 de agosto de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2021 - PROCESSO Nº 969/2021
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE nomeada através da Portaria GP Nº 006/2021, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados a HABILITAÇÃO das empresas participantes na licitação supra, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROGRAMA PROINFÂNCIA FNDE TIPO 1 - RUA LUIZ GRENGE, Nº 285, RESIDENCIAL ÁGUAS CLARAS - MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA/SP", conforme segue:
Habilita as empresas: HMBF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI; e KAIRÓS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS FERNANDÓPOLIS LTDA - EPP, por atenderem às exigências da Cláusula Quinta do Edital.
Inabilita as empresas: CONSTRUTORA ALPHA VITORIA LTDA, por não atender às exigências da Cláusula Quinta do Edital, item 5.7.2.3.3.1 do edital; e AUGE INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, por estar impedida de licitar com a administração pública de acordo com o item 3.4.5 do edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 19 de agosto de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2021 (PMP 4683/2021)

Para "contratação de empresa especializada para concessão de licença de uso de sistema de gestão de assistência social em modelo 'SAAS - Software as a Service'", com recebimento das propostas até dia 03/09/2021, às 14h e abertura e avaliação das propostas a partir das 14h01.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2021 (PMP 6457/2021)

Para "aquisição de fórmula infantil para alimentação de crianças de 04 a 12 meses e maiores de 12 meses de idade, matriculados nas Creches Municipais", com recebimento das propostas até dia 02/09/2021, às 14h e abertura e avaliação das propostas a partir das 14h01.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://www.bbmnetlicitacoes.com.br para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

REABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/21 – Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação de licença de uso de programa de informática para a diretoria de Cultura, com implantação, treinamento e fornecimento de totem interativo, conforme anexos. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: até o dia 01/09/2021 às 09:00h e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: na mesma data e horário. A retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail nos endereços pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Administração, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

VINICIUS PASSARIN NEVES
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL

Edital nº 53 de 19 de agosto de 2021. Pregão Presencial nº 04/21

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de locação de máquinas com operador: mini-carregadeira necessária para auxiliar em serviços em espaços otimizados tais como vielas, limpeza de vias públicas e outros setores com dificuldade de acesso com equipamentos maiores e mini escavadeira para realização de serviços no Cemitério Municipal Morada da Paz auxiliando na abertura de covas por parte da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – Abertura dos envelopes: 02/09/2021 às 09:00 horas – O edital licitatório retificado e anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 53, 2º andar, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mario Toyama – Secretário de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 19 de agosto de 2021.

TCU forma maioria a favor do 5G, mas ministro pede mais tempo

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), pediu vista (mais tempo para análise) no julgamento do edital do leilão do 5G.

O governo contava com a aprovação do edital com a manutenção dos compromissos de investimentos propostos às empresas de telecomunicação que vão disputar as frequências, como a criação de uma rede privativa de comunicações, exclusiva para órgãos públicos, e um programa de conectividade na Amazônia.

A tendência era incluir ainda como contrapartida a conectividade de todas as escolas públicas até 2024. Cedraz pediu dois meses para apresentar seu voto, mas, depois, aceitou reduzir o tempo para um mês. Mesmo assim, os ministros pressionaram e impuseram a ele trazer o tema novamente a julgamento na semana que vem. Antes do pedido de vista, o relator, Raimundo Carreiro, já havia recomendado a aprovação do edital e recebeu dois votos favoráveis, os de Walton Alencar e Augusto Nardes. Após a solicitação de Cedraz, a praxe seria interromper o julgamento, mas isso não ocorreu.

A presidente do TCU, ministra Ana Arraes, manteve a sessão aberta e permitiu que outros quatro ministros - Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Marcos Bemquerer - antecipassem seus posicionamentos. Ao final, foram 7 votos a favor do edital e 1 pedido de vista - Ana Arraes só vota em caso de empate. De toda forma, esse período extra pode atrasar ainda mais o leilão do 5G no Brasil.

O edital já havia sido aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em 25 de fevereiro Só depois da aprovação no TCU e de prováveis ajustes pela Anatel dos pedidos feitos pelo órgão será possível marcar o leilão.

Presidente do BC diz que inflação de serviços surpreendeu mais recentemente

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que a inflação de serviços surpreendeu recentemente. "Estamos olhando a inflação de serviços com bastante atenção. Estamos começando a ver atividade maior e como isso impacta preços. Tivemos surpresa na inflação de serviços recentemente." Campos Neto citou que, com a reabertura da economia, as pessoas estão voltando a consumir serviços, revertendo o fenômeno na pandemia de substituição de consumo de serviços por bens.

Ele comentou que há grande volatilidade nas expectativas de inflação de 2021 e que o Brasil tem uma "história adicional", porque depois do choque de alimentos houve o choque de energia, lembrando que estamos em uma crise climática e que a maior parte do fornecimento de energia vem de hidrelétricas. "Tivemos primeira onda de surpresa em alimentos e, e segunda, em eletricidade", completou dizendo que isso contaminou um pouco o núcleo de inflação.

Revisões em vários países - Campos Neto afirmou que diversos países têm observado surpresas para cima na inflação recentemente. Segundo o presidente do BC, há muito debate sobre o repasse dos preços do atacado para o varejo, que é diferente entre os países. De qualquer forma, Campos Neto comentou que a inflação implícita tem avançado na maioria dos países. Disse que os mercados ainda estão positivos. "Tivemos alguns ruídos ontem e hoje, há alguma reprecificação, mas, de forma geral, temos visto notícias positivas."

'Inflação verde' - O presidente do BC ainda voltou a chamar atenção para a "inflação verde", ligada à modificação na economia para um formato de produção mais sustentável. Nesse contexto, a inflação de metais segue em alta em vários países. "Quando vemos países reduzindo a produção de mineração para ter produção mais sustentável em lugares como Chile e China, é importante dizer que isso é importante para a perspectiva de inflação."

Caged x Pnad - Ele também repetiu que acredita que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) está refletindo melhor a situação do mercado de trabalho, com a recuperação de vagas formais, do que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). "Mas é importante olhar para isso para ver se os empregos informais vão voltar com a reabertura da economia."

Variantes do coronavírus, sobretudo Delta, reforçam incerteza global, diz Fed

Os dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) afirmam que as variantes do coronavírus, em especial a delta, reforçam as incertezas sobre o cenário econômico global. A análise consta na ata da última reunião de política monetária, divulgada nesta quarta-feira.

Na visão dos dirigentes a economia internacional acelerou no segundo trimestre deste ano, após um início fraco.

A avaliação é que o crescimento econômico fora dos Estados Unidos se concentrou nos países desenvolvidos e na China, apoiado pelas campanhas de vacinação, a eliminação de restrições de saúde pública, adaptação econômica ao vírus e a reabertura do setor de serviços.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Se parcelamento de precatório não passar, faltará dinheiro, diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem, 19, que, se a proposta de parcelamentos de precatórios não passar no Congresso, não haverá verba suficiente para fazer rodar a máquina pública e que até recursos para pagamento de salários vão faltar. "Se precatório não passar, vamos mandar orçamento de R$ 90 bilhões e vai faltar dinheiro para pagamentos até de salários. Se não descumprir uma lei, descumprimos outra", disse durante audiência pública da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que debate o tema "Mercosul: tarifa externa comum e potencial de ampliação do bloco". "É inexequível pagar precatório de R$ 90 bilhões com leis vigentes, vai parar Brasília", anteviu.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi entregue na semana passada ao Congresso e precisa de 308 votos da Câmara dos Deputados e 49 do Senado, em dois turnos de votação em cada Casa, para ser aprovada. "Não posso quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e nem a do teto (de aumento de gastos), então tenho que oferecer alternativas", considerou.

(Foto: EBC)

O ministro também afirmou que, para cumprir suas funções constitucionais, precisa parcelar o pagamento dos precatórios.

Guedes relatou que tratou sobre o tema com vários ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), citando nominalmente Gilmar Mendes, Luiz Fux (atual presidente) e Dias Toffoli. "O STF ajudou muito. Eles que parcelaram os precatórios, se não passar, vai faltar dinheiro, inclusive para salários", reforçou.

O ministro também afirmou que, para cumprir suas funções constitucionais, precisa parcelar o pagamento dos precatórios.

Guedes disse ainda considerar natural o "barulho" visto em torno do tema. "É natural, mas às vezes há excesso. E excesso em todos os poderes. Todo mundo está vendo onde o excesso está ocorrendo", apontou, no evento realizado por videoconferência.

Índice evolução da produção sobe para 53,7 pontos em julho, mostra CNI

(Foto: EBC)

A produção industrial seguiu em alta no mês de julho, assim como o emprego, mostrando aquecimento da indústria.

É o que aponta a pesquisa Sondagem Industrial divulgada ontem, 19, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o levantamento, a produção industrial apresentou crescimento pelo terceiro mês consecutivo, levando o índice de evolução da produção a 53,7 pontos em julho ante 52 pontos registrados em junho.

O indicador varia de zero a 100 pontos, sendo acima de 50 pontos uma indicação de aumento da produção. Na avaliação da CNI, o índice se distanciou dessa linha divisória, apontando "aumento mais intenso e generalizado da produção".

O índice que mede a evolução do emprego também apresentou uma ligeira alta, de 51,5 pontos em junho para 52 pontos em julho. Segundo a pesquisa, o emprego industrial não cai há 13 meses e segue em trajetória de expansão. Com relação à Utilização da Capacidade Instalada (UCI), a Sondagem aponta uma estabilidade em relação a junho, permanecendo em 71%. Mas, segundo a CNI, o índice é o melhor para esta época do ano.

"O porcentual de julho de 2021 é o maior para o mês desde 2013, antes de a indústria começar a sentir os efeitos da crise econômica de 2014-2016", diz a pesquisa.

Sobre a utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao dado usual, ela chegou a 48 pontos em julho ante 47 pontos de junho. A CNI destaca que, desde maio, esse indicador registra alta na comparação com o mês anterior.

"Como se mantém abaixo da linha divisória de 50 pontos, a utilização da capacidade instalada ainda é considerada pelos empresários como inferior à usual. Contudo, como vem crescendo mês após mês, está se aproximando da linha de 50 pontos, que indica uma capacidade igual à usual. O índice é bem superior à média histórica, 42,5 pontos", diz o documento da entidade.

Prazo para privatizar Correios é 'impossível', diz Braga

Líder da maior bancada no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM) disse ser "impossível" aprovar o projeto que abre caminho para a venda dos Correios até o início de setembro como quer o governo Bolsonaro. A proposta passou pela Câmara no dia 5, e a expectativa do Ministério da Economia era de realizar o leilão entre março e abril de 2022. Para manter essa previsão, no entanto, o governo conta com um aval rápido dos senadores ao texto. Após a deliberação na Câmara, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados da pasta, Diogo Mac Cord, afirmou que o cronograma ficaria comprometido caso o Senado não aprove a proposta até no "máximo" o início do mês que vem. A tarefa, no entanto, pode se mostrar difícil. Os senadores decidiram primeiramente tramitar o texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. O trajeto é diferente do escolhido pela Câmara, que votou o projeto direto no plenário. "Impossível (o prazo estimado no governo). A proposta tem de tramitar na CAE, as comissões estão funcionando", disse Braga. Por isso, e pelo fato de o tema ser novo para o Senado e já encontrar focos de resistência, Braga afirmou que o prazo previsto pelo governo é "inexequível". "Porque, na dúvida, você vota contra. Quer votar amanhã? Ok, se Rodrigo Pacheco (presidente do Senado) pautar, como nós temos dúvidas, votamos contra", disse o líder do MDB, que conta com 15 cadeiras no Senado, de um total de 81.

Além de questionar o cronograma, Braga apontou que guarda "graves dúvidas" sobre o projeto. A preocupação é a mesma apontada por partidos de oposição ao governo na Câmara: a entrega de cartas em localidades distantes dos centros urbanos. Eleito pelo Amazonas, Braga afirmou que o futuro do atendimento em alguns municípios de seu Estado o preocupa.

Guedes diz que CNI 'boicota' reformas e que isso não é bom para ninguém

O ministro da Economia, Paulo Guedes, teceu várias críticas ontem, 19, à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e disse que a entidade tem "boicotado" as propostas de reformas enviadas ao Congresso Nacional e também em várias outras áreas. Ele citou o que seriam obstáculos do empresariado a mudanças no ICMS, na reforma tributária, setor elétrico e no marco regulatório do saneamento básico. Guedes também afirmou que a entidade precisa "tirar fantasias e parar de fazer ataques amistosos e sutis" e voltar para o jogo da vida real. "Boicotar as reformas não é bom para ninguém, nem para a indústria. Apenas para a CNI, que é uma entidade corporativa", bateu. "A inflação está subindo e temos que fazer um movimento de abertura", repetiu. Ao mesmo tempo, Guedes avaliou que se trata de um setor "valente" e que conseguiu "sobreviver ao massacre" de momentos de juros básicos de dois dígitos. No momento, as taxas estão em tendência de alta novamente, mas ele disse que "se baixarmos a bola e esperarmos a próxima eleição, o juro volta a cair". Apesar de alguns afagos, o ministro não poupou o setor industrial. "É sempre a desculpa de que tem que fazer muito para não fazer nada", disse durante evento no Senado, que conta também com a participação de representantes da CNI.

ORÇAMENTO FAMILIAR DOS BRASILEIROS Dados de 2018

DESPESAS FINANCEIRAS

72,4% viviam em famílias com alguma dificuldade para pagar despesas mensais

A despesa per capita mensal com os serviços financeiros era de **R$ 124,79**

Empréstimos, parcelamento de imóvel, automóvel e moto ocupavam até **76,5%** dessas despesas

46,2% pertenciam a famílias que atrasaram o pagamento de ao menos uma conta

83,3% da população viviam em famílias em que algum integrante tinha acesso aos serviços financeiros

Conta corrente	66,2%
Caderneta de poupança	55,9%
Cartão de crédito	49,9%
Cheque special	19,5%

PRINCIPAIS CONTAS EM ATRASO

Água, eletricidade ou gás	37,5%
Prestações de bens e serviços	26,6%
Aluguel ou prestação do imóvel	7,8%

FONTE IBGE ® INFOGRAFFO

AGU pede ao STF suspensão de precatórios do Fundef e abertura de conciliação

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenda a ordem dada à União para pagar dívidas judiciais com Estados relativas a repasses do Fundef, fundo para o desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério que vigorou até 2006. O órgão jurídico do governo também solicitou ao presidente do STF, Luiz Fux, que abra uma conciliação sobre o tema.

O pedido foi feito no âmbito de uma Ação Cível Originária (ACO) movida pelo Estado da Bahia, que tem R$ 8,767 bilhões a receber do governo federal em 2022. Mas a própria AGU já antecipou no documento que vai ingressar com solicitações semelhantes em outras três ações, movidas por Pernambuco, Ceará e Amazonas. Ao todo, o pedido alcançará R$ 15,6 bilhões em precatórios previstos no Orçamento do ano que vem.

Caso Fux aceite o pedido, União e Estados poderão negociar um acordo para o pagamento do passivo do Fundef, após a Corte ter reconhecido que os repasses foram subestimados no passado. A conciliação abriria caminho a uma possibilidade de parcelamento amigável da dívida. A medida adotada pela AGU é mais uma investida do governo para tentar conter o "meteoro" de dívidas judiciais previstas para 2022. O termo foi usado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para se referir à fatura de R$ 89,1 bilhões em precatórios calculada para o ano que vem. O crescimento expressivo dessa conta (61% ante 2021) ocupou todo o espaço que a equipe econômica tinha dentro do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação) para ampliar o Bolsa Família - medida que é uma peça-chave nos planos do presidente Jair Bolsonaro para concorrer à reeleição.

No início do mês, a equipe de Guedes apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a possibilidade de parcelamento de todos os precatórios acima de R$ 66 mil. Uma regra permanente estipula o pagamento em prestações de todas as dívidas maiores que R$ 66 milhões. Para débitos entre esses dois valores, a regra de parcelamento seria transitória, até 2029.

Consumo de gás natural cresce 33,7% no 1º semestre, mostra Abegás

O consumo de gás natural no Brasil cresceu 33,7% no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2020, alcançando o volume de 72,051 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

A alta foi influenciada pela maior demanda no segmento de geração de energia em termelétricas, e pela recuperação do setor industrial, após o relaxamento de medidas de isolamento social adotadas no início da pandemia do novo coronavírus.

No segmento de geração elétrica o consumo de gás natural avançou 61,78% no semestre, para 31,631 milhões de m³/d, enquanto na indústria a alta foi de 21,29%, para 29,208 m³/d. O setor de matérias-primas apresentou crescimento de 17,56% na demanda por gás natural, para 615,08 mil m³/d, enquanto no segmento automotivo a elevação foi de 16,27%, a 4,727 milhões de m³/d. Já a demanda no setor comercial teve elevação de 7,34%, para 702,7 mil m³/d e a Co-geração apresentou expansão de 3,60%, a 2,232,79 milhões de m³/d.

Por outro lado, o consumo residencial de gás natural caiu 1,52% no semestre, para 1,317 milhão de m³/d, e outros segmentos tiveram retração de 0,47% para 846,45 mil m³/d.

"O estudo da Abegás aponta uma boa recuperação da indústria, inclusive com relação ao período pré-pandemia", disse o presidente executivo da Abegás, Augusto Salomon.

Caixa tem lucro de R$ 10,8 bilhões no primeiro semestre de 2021

A Caixa lucrou R$ 6,3 bilhões no segundo trimestre de 2021. O valor representa aumento de 144,7% na comparação com o mesmo período de 2020. Com o resultado, o lucro total do banco no semestre chega a R$ 10,8 bilhões. Se comparado ao primeiro semestre do ano passado, o lucro do banco aumentou 93,4%. Os números são destaque dos resultados econômicos apresentados ontem (19) pela Caixa. O saldo na carteira de crédito total obtido no segundo trimestre está em R$ 816,3 bilhões, o que representa crescimento de 13,4%, se comparado ao segundo trimestre de 2020. Já o saldo em poupança apresentou uma evolução de 2,1% em 12 meses, chegando a R$ 371,4 bilhões.

As contratações de crédito imobiliário cresceram 101,3% no primeiro semestre, na comparação com igual período do ano anterior, totalizando R$ 37,4 bilhões. No mesmo período, o volume de contratações Agro aumentou 79,3%, percentual que corresponde a R$ 5,8 bilhões. Segundo os resultados econômicos da Caixa, foram contratados R$ 17,6 bilhões em crédito consignado no segundo trimestre, valor que é 35,9% maior do que o obtido no primeiro trimestre de 2021. A economia estimada pelo banco para o triênio 2019-2021 está em R$ 333,6 milhões, com a devolução de 133 imóveis administrativos feitas até junho. As despesas com pessoal caíram 0,6% em 12 meses.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

Fim da cobrança de direitos autorais em shows beneficentes está na pauta da CCT

Shows e eventos beneficentes podem ficar livres de cobrança de direitos autorais. Projeto com esse objetivo está na pauta de quinta-feira (19), às 10h, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Pela proposta, o PL 70/2020, a execução pública de músicas em eventos com finalidade filantrópica não constituti ofensa aos direitos autorais dos compositores.

"A cobrança das chamadas taxas do Ecad onera de modo considerável a realização de eventos musicais, ou que contam com o atrativo da execução de fonogramas, inviabilizando, quando não a própria realização dos eventos beneficentes, ao menos a possibilidade de que angariem recursos de modo compatível com os esforços dispendido", afirma o autor do projeto, senador Luis Carlos Heinze (PP-RS).

O projeto altera a Lei nº 9.610 de 1998, que regulamenta os direitos autorais e conta com o apoio do relator, senador Chico Rodrigues (DEM-RR). Ele reforça que a economia com a taxa do Ecad pode ser revertida em ajuda aos necessitados. "É notória a dificuldade enfrentada pelas entidades filantrópicas e beneficentes para se manterem em pleno funcionamento, sendo muitas vezes necessária a realização de festas, quermesses, bazares e jantares com o objetivo de arrecadar recursos para sua manutenção e implantação de obras sociais. Para as entidades e associações mantenedoras de atividades sociais, cada valor economizado pode ser revertido em uma ação filantrópica ou na manutenção da própria entidade", destacou.

Fundos constitucionais - Também está na pauta projeto para permitir o financiamento de atividades de pesquisa e inovação com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). De autoria do senador Zequinha Marinho (PSC-PA), o PL 5451/2019 tem parecer favorável do relator, Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

A CCT vai analisar ainda cerca de 30 autorizações de funcionamento de rádios e canais de TV, comunitárias e comerciais.

Senado aprova proibição de armas para agressores de mulheres, crianças e idosos

(Foto: Senado)

Leila Barros foi a relatora da matéria, que agora segue para a Câmara dos Deputados.

O Senado aprovou quarta-feira (18), por unanimidade, projeto de lei que proíbe a aquisição de arma de fogo por quem praticar violência contra mulher, idoso ou criança (PL 1.419/2019). A proposta também determina perda da validade dos registros de armas já existentes em nome do agressor. Além disso, prevê a apreensão imediata de armas de fogo na posse do agressor, mesmo que não tenham sido usadas na agressão. O texto, que altera o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003), segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto, da senadora Rose de Freitas (MDB-ES), foi aprovado na forma de um texto alternativo (um substitutivo) proposto pela senadora Leila Barros (Cidadania-DF), relatora da matéria. Leila aproveitou trechos de outras duas propostas: os PL 1.946/2019, do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e o PL 1.866/2019, do senador Marcos do Val (Podemos-ES), além de acatar emendas apresentadas por outros senadores.

- Este substitutivo foi construído a várias mãos, assim como todos os projetos da bancada feminina que são apresentados a esta Casa. Eu quero, em nome da bancada feminina, parabenizar os três senadores pelas iniciativas porque, de alguma forma, as três proposições agregaram muito a ao trabalho final - disse a relatora ao comemorar a aprovação.

Atualmente, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) já prevê a suspensão da posse ou do porte de arma de fogo e a apreensão da arma como medidas protetivas de urgência. Essa possibilidade, no entanto, restringe-se a atos que ocorram na unidade doméstica, no âmbito familiar.

Com o projeto, a medida poderá ser aplicada independentemente de onde ocorra a violência. Para Rose de Freitas, as agressões contra mulheres tendem a aumentar em frequência e intensidade e, por esse motivo, a proteção da vítima deve sempre estar um passo à frente do agressor.

- O preço da nossa liberdade é a eterna vigilância. Temos que construir, temos que debater, temos que emendar. Quero dizer que o Brasil ainda vai melhorar. Vai melhorar quando a educação dada nas escolas falar sobre direitos humanos e cidadania e mostrar o respeito que se tem que ter com seu próximo, e muito mais se esse próximo for uma mulher - afirmou Rose.

Armas de fogo - Relatório divulgado no início do mês mostra que as armas de fogo têm sido o principal instrumento empregado nos assassinatos de mulheres no Brasil: ao longo de 20 anos (entre 2000 e 2019) estiveram presentes em 51% dessas mortes. Esse estudo ("O papel da arma de fogo na violência contra a mulher") foi produzido pelo Instituto Sou da Paz, organização não governamental que atua para reduzir a violência no Brasil.

CCJ aprova uso de QR code em processos judiciais eletrônicos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite a utilização de código QR (QR code, em inglês) nos processos judiciais eletrônicos.

O QR code geralmente remete para um link, que pode ser direcionado para vídeos, textos ou qualquer outro conteúdo publicado na internet.

O relator, deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei 1643/21, do deputado Geninho Zuliani (DEM-SP). Como a proposta tramitou em caráter conclusivo, poderá seguir direto para a análise do Senado, a não ser que haja recurso para a votação pelo Plenário da Câmara. O texto insere dispositivo no Código de Processo Civil.

O QR code é um código de barras bidimensional que pode ser escaneado por câmeras de celulares.

Kataguiri citou como exemplo que os advogados podem gravar vídeos fazendo sustentação oral e juntá-los ao processo por meio de QR code.

Câmara aprova projeto sobre tarifas para micro e minigeradores de energia

(Foto: Câmara)

O deputado Silas Câmara (Republicanos-AM).

A Câmara dos Deputados aprovou quarta-feira (18) projeto que estabelece uma transição para a cobrança de encargos e tarifas de uso dos sistemas de distribuição por parte dos micro e minigeradores de energia elétrica. A proposta (PL 5829/19), de autoria do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), será enviada ao Senado.

O texto aprovado em Plenário é o substitutivo do relator, deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG). Segundo o texto, até 2045 os micro e minigeradores já existentes pagarão os componentes da tarifa somente sobre a diferença, se positiva, entre o consumido e o gerado de forma alternativa e injetado na rede de distribuição, como ocorre hoje.

A regra valerá ainda para consumidores que pedirem acesso à distribuidora, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), em até 12 meses da publicação da futura lei.

Para contar com o benefício, esses novos geradores terão prazos para iniciar a injeção de energia no sistema, contados do parecer favorável da distribuidora:

• 120 dias para microgeradores;

• 12 meses para minigeradores de fonte solar; e

• 30 meses para minigeradores das demais fontes.

O texto define como microgeradores aqueles que geram até 75 kW de energia de fontes alternativas (fotovoltaico, eólico, biomassa e outros) em suas unidades consumidoras (em telhados, terrenos baldios, condomínios, sítios); enquanto minigeradores são aqueles que geram mais de 75 kW até 5 mil kW. A partir de 2045, esse limite passa para 3 mil kW nessa definição.

Equilíbrio entre empresas e usuários deve nortear Lei dos Planos de Saúde, dizem especialistas

A revisão da Lei dos Planos de Saúde deve procurar o equilíbrio entre o melhor atendimento possível a quase 50 milhões de brasileiros e a sustentabilidade econômica das operadoras. Uma boa articulação nesse sentido poderia desafogar a demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas foram algumas das conclusões apresentadas nesta quarta-feira (18) na primeira audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o assunto. Presidido pela deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES), o colegiado foi criado no mês passado para avaliar o projeto do Senado que trata da cobertura de despesas para acompanhantes de pacientes menores de 18 anos, mas existem cerca de 240 outras propostas que sugerem mudanças nas regras dos planos de saúde (PL 7419/06). No debate, que enfocou a cobertura oferecida pelas operadoras, os participantes salientaram a importância da Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), metodologia recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para incorporar medicamentos, exames e outros procedimentos tanto no setor público quanto no privado.

Segundo a gerente-geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Ana Cristina Martins, existem 3.300 itens no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que é atualizado constantemente. A última revisão, publicada em julho deste ano, estabelece que qualquer pessoa ou instituição da sociedade pode propor mudanças.

De acordo com Ana Cristina, a atualização reduz o tempo de análise de novos procedimentos, de 44 para 18 meses. "O objetivo é otimizar o processo, não perdendo a qualidade da análise da evidência clínica, do impacto orçamentário e da avaliação econômica dessa proposta e sem deixar de cumprir os requisitos legais", disse.

Critérios - O presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Renato Casarotti, salientou que a Avaliação de Tecnologias em Saúde precisa se basear em critérios de segurança, eficácia e custo-efetividade, em um cenário de recursos limitados. "Não é porque tenho quatro ou cinco tecnologias diferentes que tenho de incorporar todas elas. A busca deve ser por aquela mais eficiente, que entrega o melhor desfecho com o menor custo", observou Casarotti. É fundamental até para a sustentabilidade do setor em longo prazo; uma avaliação de impacto orçamentário também revela as consequências financeiras de uma nova tecnologia."

CCJ aprova permissão para emissoras de rádio e TV comercializarem tempo total de sua programação

(Foto: Câmara)

Sílvio Costa Filho: "A responsabilidade do conteúdo continua sendo da concessionária".

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5479/19, do deputado Alex Santana (PDT-BA), que permite às emissoras de rádio e televisão transferir, comercializar ou ceder o tempo total de programação para a veiculação de produção independente. Como o projeto tramitou em caráter conclusivo, poderá seguir para a análise do Senado, a não ser que haja recurso para a votação pelo Plenário.

Conforme a Lei 11.652/08, produção independente é o conteúdo cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico.

Publicidade - Pela proposta aprovada, as emissoras deverão observar apenas as regras de limitação de publicidade comercial e de qualidade do conteúdo. Por essas regras, a programação deve obedecer a finalidades educativas e culturais, e a publicidade só pode ocupar 25% do tempo total da programação da emissora.

O projeto traz, porém, nova definição de publicidade, para cumprimento dessa regra. Segundo o texto, a publicidade comercial restringe-se à publicidade de produtos e serviços para os consumidores e à promoção de imagem e marca de empresas.

Assim, serão excluídas da regra, por exemplo, as propagandas institucionais e a publicidade oficial. O texto estabelece ainda que as emissoras serão responsabilizadas por eventuais irregularidades na programação. E veda às concessionárias e permissionárias transferir, comercializar e ceder a gestão total ou parcial da execução do serviço de radiodifusão.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Várias pessoas são mortas no Afeganistão em protestos contra Talibã

Manifestantes carregando bandeiras foram a várias cidades afegãs ontem (19). Várias pessoas foram mortas quando combatentes do Talibã dispararam contra uma multidão, disse uma testemunha. Este foi o primeiro ato de oposição popular aos militantes desde que eles tomaram a capital Cabul.

"Nossa bandeira, nossa identidade", gritava uma multidão de homens e algumas mulheres, acenando com bandeiras nacionais pretas, vermelhas e verdes em Cabul, mostrou um vídeo divulgado nas redes sociais.

Uma mulher caminhava com uma bandeira sobre os ombros. O Afeganistão comemora a independência do controle britânico, conquistada em 1919, no dia 19 de agosto.

Um porta-voz do Talibã não estava disponível de imediato para comentar.

Em Asadabad, capital da província de Kunar, várias pessoas foram mortas durante uma manifestação, mas não ficou claro se as baixas resultaram de disparos ou da debandada causada pelos tiros, disse a testemunha Mohammed Salim.

"Centenas de pessoas saíram às ruas", contou Salim. "De início, fiquei assustado e não queria ir, mas quando vi que um dos meus vizinhos participava, tirei a bandeira que tenho em casa."

(Foto: EBC)

Manifestantes também foram às ruas de Jalalabad, cidade do leste afegão e um distrito da província de Paktia.

"Várias pessoas foram mortas e feridas na dispersão e pelos disparos do Talibã", disse ele. Manifestantes também foram às ruas de Jalalabad, cidade do leste afegão e um distrito da província de Paktia. Na quarta-feira (18), combatentes do Talibã atiraram em manifestantes que acenavam com uma bandeira em Jalalabad e mataram três, relataram testemunhas e a mídia.

Em alguns lugares, manifestantes arrancaram bandeiras brancas do Talibã, de acordo com a mídia, que também citou cenas semelhantes em Asadabad e Khost, outra cidade do leste, ainda na quarta-feira. O primeiro vice-presidente Amrullah Saleh, que está tentando congregar a oposição ao Talibã, expressou apoio aos protestos. "Saúdem aqueles que carregam a bandeira nacional e assim defendem a dignidade de nossa nação", disse ele no Twitter.

Biden volta a pedir que americanos se vacinem e diz que 3ª dose não impede doação

O presidente Biden afirmou quarta-feira que deseja avançar mais rápido na vacinação contra a covid-19 no país, diante da ameaça da variante Delta do vírus.

Durante discurso dia 18, Biden notou que a variante Delta é duas vezes mais contagiosa que a Alfa, mas garantiu que sua administração está preparada para enfrentar o problema.

Biden defendeu a estratégia dos EUA de aplicar uma terceira dose em todos os adultos, anunciada mais cedo pela Casa Branca.

Segundo ele, alguns criticam o fato, dizendo que o país deveria esperar a imunização em outras nações avançar mais. Ele disse discordar do argumento, afirmando que os EUA conseguirão dar esse reforço e ainda continuar a doar vacinas para países que necessitam. O presidente também anunciou que os funcionários de casas de repouso que recebem pacientes dos serviços federais de saúde, Medicare e Medicaid, terão de se vacinar contra a covid-19.

Ele elogiou iniciativas do setor privado para obrigar os funcionários a se imunizar, reduzindo os riscos para todos. "A exigência de vacinação é algo que existe há décadas" para várias doenças, lembrou. "A chave para nossa economia avançar é ter pessoas vacinadas e trabalhando."

Biden também enfatizou a importância do uso de máscaras para conter as transmissões do vírus. Segundo ele, elas são cruciais, sobretudo para os não vacinados, inclusive para crianças.

Organizações mobilizam campanhas para ajudar afegãos

Em um apelo por uma mobilização para ajudar os afegãos, o diretor-geral do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Robert Mardini, disse que ainda é difícil prever o resultado na transição que acontece no país, mas que as necessidades humanitárias continuarão altas. Com essa preocupação, algumas organizações já mantêm campanhas para quem quiser doar e ajudar os afegãos, que assistem ao retorno da milícia radical Taleban ao poder no país após 20 anos.

Segundo Mardini, o CICV está aliviada ao ver que a cidade de Cabul está evitando o que poderia ter sido uma guerra urbana devastadora. No entanto, disse, a organização continua atenta aos milhares de civis que estão feridos e foram deslocados em decorrência dos últimos combates em outros centros urbanos. Desde 1º de agosto, mais de 7,6 mil pacientes com ferimentos causados por armas receberam tratamento em estabelecimentos de saúde apoiados pelo CICV em todo o país. Nos meses de junho, julho e agosto, mais de 40 mil pessoas feridas por armas foram tratadas nesses estabelecimentos de saúde, explicou ele.

A Acnur (Agência da ONU para Refugiados), destacou estar particularmente preocupada com o impacto do conflito sobre mulheres e meninas. Aproximadamente 80% dos cerca de 250 mil afegãos forçados a abandonar suas casas desde o fim de maio são mulheres e crianças, lembrou a organização.

Pressão cresce no Haiti, em meio à falta de estrutura e aumento de mortes

(Foto: EBC)

Entre a noite de terça, 17, e a madrugada de quarta-feira, 18, a tempestade tropical atrapalhava os esforços do governo para resgatar dezenas de milhares de pessoas.

Há quatro dias sem teto e com acesso irregular a comida, água potável e medicamentos, sobreviventes do terremoto que sacudiu o Haiti no último sábado, 14, começam a perder a paciência com o governo, que não consegue dar resposta a milhares de pessoas que perderam suas casas e agora enfrentam uma tempestade tropical sem abrigo.

Entre a noite de terça, 17, e a madrugada de quarta-feira, 18, a tempestade tropical atrapalhava os esforços do governo para resgatar dezenas de milhares de pessoas. As fortes chuvas da terça-feira também prejudicaram os abrigos temporários montados desde o fim de semana, encharcando mesmo quem conseguiu algum tipo de teto - alguns dormiam ao ar livre.

As autoridades aumentaram o número de mortos para 1.941, na terça-feira, 17, embora esse número deva aumentar. Em L'Asile, no sudoeste do país, um hospital em um trecho remoto da zona rural da área ainda recebe pacientes com ferimentos do dia do terremoto, vindas de vilas isoladas. De acordo com o diretor do hospital, Sonel Fevry, o acesso rodoviário às instalações no departamento de Nippes é difícil e nem todos conseguem chegar. A pobreza opressora, estradas ruins e crença em formas de medicina natural conspiram para piorar os problemas, segundo ele.

Estudo britânico mostra que eficácia de vacinas diminui contra Delta

Um estudo de saúde pública do Reino Unido descobriu que a proteção de qualquer uma das duas vacinas contra covid-19 usadas com mais frequência contra a variante Delta do novo coronavírus diminui depois de três meses. O estudo também mostrou que as pessoas que são infectadas depois de receberem as duas doses da vacina da Pfizer-BioNTech ou da AstraZeneca podem representar um risco maior para os outros do que com variantes anteriores. Com base em mais de 3 milhões de amostras de nariz e garganta coletadas em todo o país, o estudo da Universidade de Oxford revelou que, 90 dias após a segunda dose da vacina da Pfizer ou da AstraZeneca, a eficácia na prevenção de infecções caiu para 75% e 61% respectivamente.

Trata-se de uma redução dos índices de 85% e 68%, respectivamente, observados duas semanas após a segunda dose. "Essas duas vacinas, com duas doses, continuam se saindo muito bem contra a Delta. Quando você começa muito, muito alto, tem um caminho longo pela frente", disse Sarah Walker, professora de estatísticas médicas de Oxford e pesquisadora-chefe do estudo.

POLÍTICA

Dono da Precisa fica em silêncio sobre suspeitas da CPI da Covid

O dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, decidiu ficar em silêncio sobre as negociações da empresa com o Ministério da Saúde investigadas pela CPI da Covid. Ele é um dos principais alvos da apuração por ter intermediado a compra da vacina indiana Covaxin. A CPI suspeita de um suposto esquema de corrupção no Ministério da Saúde envolvendo esse contrato.

Amparado por um habeas corpus concedido pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), Maximiano tem o aval para ficar em silêncio e não responder a perguntas que possam incriminá-lo. Ele se recusou a falar sobre o contrato com a fabricante da Covaxin, Bharat Biotech, e a remuneração que a Precisa teria com a venda de vacinas para o Brasil.

No início do depoimento de ontem (19), Francisco Maximiano se recusou a responder a perguntas do relator do colegiado, Renan Calheiros (MDB-AL), sobre outros contratos, além de vacinas. Após crítica de senadores, ele admitiu que a empresa é fornecedora de preservativos femininos ao Ministério da Saúde.

(Foto: EBC)

Além disso, Maximiano afirmou que conhece o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-AL), outro alvo da comissão. Ao declarar que ficaria em silêncio, o dono da Precisa declarou que a escolha garantia sua autodefesa e reforçou "respeito" à CPI.

Maximiano diz na CPI que preço da Covaxin foi definido por empresa indiana

O dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, afirmou em depoimento à CPI da Covid que o contrato com o Ministério da Saúde para compra da Covaxin previa pagamento diretamente para o fabricante, no caso, a Bharat Biotech, na Índia.

O empenho de R$ 1,6 bilhão, porém, foi feito à Precisa, mas o empresário se recusou a dar esclarecimentos sobre o procedimento. Além disso, não respondeu sobre a pressão da empresa para o ministério acelerar a importação da Covaxin.

Maximiano confirmou que o contrato estabelecia a compra de 20 milhões de doses a US$ 15 a unidade, mas não explicou a mudança de preço ao longo da negociação. Ele repetiu a versão dada pela diretora da empresa, Emanuela Medrades, de que o preço foi estabelecido pela companhia indiana e que a Precisa conseguiu fechar um contrato com o valor mínimo exigido pela fabricante. A CPI da Covid suspeita da atuação da Precisa como intermediadora e de favorecimento do governo federal a esse contrato na contramão de outros laboratórios, além do aumento no preço ao longo da negociação. O relator da comissão, Renan Calheiros (MDB-AL), chamou a atenção para a ausência de informação sobre a remuneração da Precisa na negociação com o laboratório indiano.

Preço mais caro - A controvérsia foi levantada após reunião do ministério com representantes da Bharat Biotech e da Precisa no dia 20 de novembro no ano passado. Na ocasião, segundo registrado no documento intitulado "Memória do Encontro" do ministério, foi informado o valor de US$ 10 com a possibilidade de o preço baixar a depender da quantidade de doses que o governo brasileiro comprasse. Mas o contrato foi fechado em fevereiro deste ano a um preço de US$ 15 por unidade.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Anvisa rejeita uso da Coronavac em crianças e adolescentes

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) formou maioria quarta-feira, 18, para negar o uso da vacina Coronavac contra a covid-19 em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. O pedido havia sido feito pelo Instituto Butantan, produtor do imunizante. No País, a Coronavac foi aprovada em janeiro para uso emergencial em adultos acima de 18 anos. Apenas a vacina da Pfizer está aprovada para uso em adolescentes brasileiros.

A decisão considerou que o perfil de segurança da vacina na população pediátrica não foi suficientemente demonstrado pelo Instituto Butantan nos dados enviados à Anvisa. A agência também apontou dificuldade de determinar a eficácia da vacina para crianças.

"Os dados até o momento são insuficientes para estabelecer o perfil de segurança na população pediátrica e não permitem conhecimento sobre proteção e duração conferida pela vacina (em crianças). A relação benefício-risco é desfavorável para o uso da vacina nessa população", disse o gerente-geral de medicamentos da Anvisa, Gustavo Mendes.

Mendes lembrou que o grupo de crianças e adolescentes que participaram da pesquisa foi pequeno para chegar a resultados robustos. "Foram 586 participantes. Esse número é insuficiente comparado ao que estamos discutindo e aprovando (para outras vacinas)", disse Mendes. Apesar de os participantes do estudo terem apresentado "resposta imune robusta" quanto à indução de anticorpos neutralizantes, a eficácia da vacina em crianças é desconhecida porque não houve correlação no estudo com a proteção obtida em adultos.

A diretora da Anvisa Meiruze Freitas, destacou que os dados de imunogenicidade e do acompanhamento sobre o uso da Coronavac em adultos não foram apresentados pelo Butantan ainda, o que "resulta em preocupação maior quanto à possível ampliação do uso da vacina (em crianças)".

"São necessários mais estudos e dados para assegurar a eficácia e a segurança da vacina na população pediátrica", afirmou Meiruze, relatora do processo. Ela destaca que um estudo de fase 3, que analisa os desfechos clínicos como infecções e hospitalizações, com número robusto de participantes, será necessário para autorizar uma vacina para aplicação em crianças.

Butantan diz que fornecerá dados adicionais para liberar Coronavac para jovens

O Instituto Butantan informou em nota na noite de quarta-feira, 18, que irá providenciar o mais breve possível dados adicionais solicitados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As informações devem embasar pedido do instituto ao órgão regulador para uso da Coronavac, vacina contra a covid-19, em crianças e adolescentes. Hoje, a Anvisa formou maioria para negar o uso da vacina em jovens de três a 17 anos. Também nesta quarta-feira teve início no Estado de São Paulo a aplicação da vacina em adolescentes de 16 e 17 anos. O governo não informou até o momento se seguirá com a ampliação de vacinação nesta faixa etária.

"O Instituto Butantan preza pelo diálogo e mantém canal aberto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tendo em vista seu compromisso com a saúde pública do Brasil e a vida de todos os brasileiros", afirmou o instituto. "Todos os dados fornecidos até o momento são satisfatórios para a ampliação do uso pediátrico, porém foram solicitados dados adicionais para demonstrar a segurança e eficácia do uso em crianças e adolescentes, que serão providenciados o mais breve possível. Os dados do estudo de imunogenicidade da Coronavac ainda não foram entregues na sua totalidade à Anvisa por conta de divergências no método de análise", comunicou o texto.

Sobre a possibilidade de uso da vacina para aplicação de terceira dose de reforço, o Butantan destacou estudo realizado com pessoas de 18 anos ou mais na China e publicado na semana passada. O estudo aponta "forte resposta imunológica em adultos e idosos saudáveis", após intervalo de 28 dias, seis ou oito meses entre a segunda dose e dose adicional.

Durante entrevista coletiva na tarde de hoje, o secretário estadual de Saúde, Jean Carlo Gorinchteyn, declarou, nesta tarde, que a aplicação de uma terceira dose da vacina contra covid-19 tem sido discutida por grupos de consultores e especialistas dentro do governo paulista. Segundo do Gorinchteyn, a possibilidade de se começar a aplicação da terceira dose esbarra no problema da falta de vacinas.

Estado do Rio abrirá mais leitos de covid-19 por causa da Delta

O aumento da demanda por internações, por causa da circulação da variante Delta do novo coronavírus, que é mais transmissível, levou o governo do estado do Rio de Janeiro a decidir pela abertura de mais leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) para pacientes com covid-19. As vagas serão no Hospital Universitário Pedro Ernesto, na capital, no Hospital Regional Zilda Arns, em Volta Redonda, e no Hospital Doutor Ricardo Cruz, em Nova Iguaçu, informou o secretário estadual de Saúde, Alexandre Chieppe.

(Foto: EBC)

Nesta semana, a taxa de ocupação de leitos de UTI para a doença atingiu 70% no estado e 90% na capital.

Nesta semana, a taxa de ocupação de leitos de UTI para a doença atingiu 70% no estado e 90% na capital, principalmente nas unidades hospitalares da região metropolitana e da Baixada Fluminense. "Hoje vive-se no estado do Rio de Janeiro, principalmente, na região metropolitana, incluindo o município do Rio de Janeiro, e na Baixada Fluminense, uma situação em que, muito por conta da circulação da variante Delta, estamos vendo um aumento, ainda discreto, nos números de atendimentos e de solicitações de internações. A gente ainda avalia as razões por trás desse aumento, mas certamente a circulação mais intensa da variante Delta é um dos fatores que vêm contribuindo para isso", afirmou Chieppe.

De acordo com o secretário, a abertura de vagas nas unidades de saúde é a primeira etapa do plano de contingência do estado para o enfrentamento de uma possível nova onda da covid-19. "Já acionamos a primeira etapa do nosso plano de contingência, que prevê a abertura de alguns leitos ou a transformação de alguns leitos de não covid para covid, no Hospital Pedro Ernesto e no Hospital Regional Zilda Arns e a abertura de 20 novos leitos em Nova Iguaçu, no Hospital Ricardo Cruz."

Chieppe disse que, neste momento de alerta, a situação e as condições de atendimento serão monitoradas pelas autoridades da saúde. "Vamos monitorar o cenário epidemiológico, a oferta e demanda assistencial para que, se for necessário, outras medidas sejam tomadas. Agora é um momento de alerta, de observação e de rápida tomada de decisão exatamente para poder dar conta de qualquer demanda assistencial que vier aparecer", enfatizou.

Rede privada - Nos hospitais privados no estado, na última semana, a ocupação de leitos para covid-19 era de 60%, mas terça-feira (17) subiu para 70%. A Associação de Hospitais Privados do Estado do Rio de Janeiro avalia a possibilidade de abertura de novos leitos. "A quantidade de pacientes internados tem sido maior, embora a letalidade tenha sido menor. A maior parte dos pacientes é de homens, que se internam muito mais do que mulheres. Esta é uma doença que afeta um pouco mais homens do que mulheres", disse o diretor da associação, Graccho Alvim.

Segundo Alvim, o maior percentual de internados é dos pacientes que, ou optaram por não tomar vacina, ou ainda não tiveram oportunidade, por causa da idade. Depois deles, vêm os pacientes que só receberam uma dose de vacina e, por último, os que já tomaram as duas dores, mas têm comorbidades, são idosos e já tem mais de seis meses de vacinados. "Este é o panorama. Estamos notando que a contaminação é muito mais rápida, ou seja, pessoas que aparecem com sintomas muito mais rápidos. Então, essa internação está sendo também mais acelerada."

Queiroga diz ser contra uso obrigatório de máscara e que falta 'conscientização'

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou quarta-feira, 18, ser contra o uso obrigatório da máscara como medida de proteção à covid-19. Queiroga disse, em entrevista ao canal bolsonarista Terça Livre, que também é contrário à aplicação de multas a quem não usa o equipamento. Ao longo da pandemia, estudos científicos têm apontado a eficácia da proteção facial como estratégia contra o contágio - a medida foi adotada em grande parte dos países. "Nós somos contra essa questão de obrigatoriedade (do uso de máscara). O Brasil é um país que tem muitas leis e que as pessoas, infelizmente, não as observam. O uso da máscara tem de ser um ato de conscientização", disse.

"Não têm sentido essas multas. Não se pode criar uma 'indústria de multa'. Imagina, estão multando as pessoas porque não estão com máscara. Se está precisando fazer isso, é porque não estamos sendo eficientes em conscientizar a população sobre o uso desse equipamento de proteção individual", acrescentou.

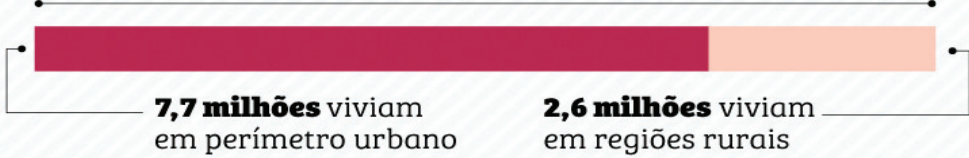
Também segundo os estudos, a máscara é importante tanto para quem usa quanto para quem está ao redor. Desde o início da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro promove aglomerações e, rotineiramente, não usa a proteção no rosto. O presidente já foi multado mais de uma vez, em São Paulo, pela falta do equipamento.

Nesta terça-feira, 17, a subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não vê crime no fato de Bolsonaro sair sem máscara e causar aglomeração em eventos públicos durante a pandemia. Segundo Lindôra, não é possível confirmar a 'exata da eficácia da máscara de proteção como meio de prevenir a propagação do novo coronavírus', o que em sua avaliação impede o enquadramento do presidente pelo crime de infração a medida sanitária preventiva.

FOME NO BRASIL Dados de 2018

NÚMERO DE PESSOAS QUE PASSAM FOME (em milhares)

SITUAÇÃO ALIMENTAR (por percentual de domicílio, em 2018)

	2014	2009	2013	2018
Segurança alimentar	65,1%	69,8%	77,4%	**66,3%**
Insegurança alimentar	34,9%	30,2%	22,6%	**36,7%**
Insegurança leve	18%	18,7%	14,8%	**24%**
Insegurança moderada	9,9%	6,5%	4,6%	**8,1%**
Insegurança grave (fome)	6,9%	5%	3,2%	**4,6%**

63,3% dos domicílios no Brasil tinham a chamada segurança alimentar

41,5% do total de famintos no país viviam na região nordeste

61,4% dos domicílios com acesso regular à alimentação eram chefiados por homens

Metade das crianças com até 4 anos vivia em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar

FONTE | IBGE — INFOGRAFFO

Estudo identifica pela 1ª vez infecção pulmonar causada pelo coronavírus em feto

Cientistas brasileiros detectaram a presença do Sars-CoV2, vírus causador da covid-19, nos tecidos de um feto abortado por uma mulher que teve um quadro leve da doença durante a gravidez. Estudos anteriores já tinham encontrado o RNA do vírus no cordão umbilical e na placenta materna ,em casos semelhantes. Mas essa é a primeira vez que se consegue registrar o novo coronavírus em diferentes órgãos, como coração, cérebro, rins e fígado. Os cientistas também conseguiram demonstrar que o vírus causou uma infecção pulmonar.

O estudo indica, no entanto, que a morte do bebê, na 34ª semana de gestação, não foi causada pela infecção pulmonar. O feto morreu por causa de uma grave trombose na placenta materna, que interrompeu o fluxo de sangue e oxigênio para a criança. Embora problemas com o feto sejam raros gestantes com covid, pesquisadores acreditam que o novo estudo é importante para aprimorar as diretrizes de acompanhamento médico para grávidas que tiveram a doença. O trabalho foi publicado na "Frontiers in Medicine" nesta semana.

"Detectamos o RNA do vírus em diversos tecidos, no bulbo olfativo, na glândula salivar, no pulmão, na traqueia, nos rins, além de na placenta e no cordão umbilical. Com o exame de imunofluorescência, conseguimos também registrar a presença da proteína S do Sars-CoV2 no cérebro e no coração", explicou o principal autor do estudo, o pediatra Arnaldo Prata, do Instituto D'Or de Pesquisa.

Segundo o pesquisador, foi descoberta no pulmão do bebê morto uma grande quantidade de células de defesa , ou seja, uma resposta inflamatória. Ele explicou que destacava essa constatação porque o vírus poderia ter circulado pelo feto sem necessariamente causar a doença. A presença dessas células indica que houve, de fato, uma infecção pulmonar causada pelo vírus. Já a trombose tem causas mais complexas.

"A gravidez é um estado em que a mulher, por questões de mudanças no estado fisiológico normal, se torna mais predisposta a quadros de coagulação", explicou Prata.

Juiz nega pedido do MP para suspender recuperação judicial da Samarco

O juiz Adilon Cláver de Resende, da 2.ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte, negou o pedido feito pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) para suspender o processo de recuperação judicial da Samarco, mineradora que foi palco da tragédia em Mariana (MG), em 2015. A Samarco tem como sócias duas gigantes: a brasileira Vale e a australiana BHP Billiton.

Em sua decisão, o juiz cita que suspender o processo de recuperação da Samarco representaria "uma medida extrema e com forte indicação de prejuízos à Samarco e aos seus credores, especialmente os trabalhistas e fornecedores, bem como à economia das regiões e Estados em que atua e a do próprio País"

Além do pedido de suspensão do processo, o Ministério Público mineiro solicitou à Justiça a desconsideração da personalidade jurídica da Samarco - instrumento que tem o objetivo de responsabilizar os sócios e coibir abusos, por exemplo.

Fez ainda um pedido liminar para o arresto de recursos de Vale e BHP no valor de R$ 50,7 bilhões, que é a totalidade do valor da recuperação judicial da Samarco. Esse pedido também foi negado.

Na ação de protocolada na quarta, o MPMG destacou que Vale e BHP têm responsabilidade objetiva e solidária em relação às obrigações socioambientais envolvendo a tragédia da Samarco, com o rompimento da barragem de Mariana em novembro de 2015.

A ação citava, ainda, que ambas estão utilizando o processo de recuperação judicial para se blindarem e que transferem o encargo pelo pagamento do passivo ambiental unicamente à Samarco.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Ex-superintendente do Ministério da Saúde no RJ pode permanecer em silêncio na CPI da Pandemia

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), assegurou ao coronel do Exército Brasileiro George da Silva Divério o direito de não responder a perguntas que possam incriminá-lo no seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. A decisão foi proferida no Habeas Corpus (HC) 205183, deferido parcialmente. Ele poderá, também, ser assistido por seus advogados e se comunicar com eles durante toda a inquirição e não pode ser submetido a medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício do seu direito de defesa.

Divério foi superintendente do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro entre 22/6/2020 e 25/5/2021. Segundo requerimento da CPI, ele foi convocado para esclarecer a ocorrência de eventual recebimento de vantagens indevidas decorrente de contratações fraudulentas efetuadas nos hospitais federais do Rio de Janeiro com recursos do Ministério da Saúde, inclusive por meio de dispensa de licitação.

Na decisão, o ministro observou que o coronel, convocado na condição de testemunha, não está dispensado da obrigação de comparecer à CPI. No entanto, em observância ao direito constitucional ao silêncio, ele poderá não responder às perguntas. Segundo jurisprudência do STF, o privilégio contra a autoincriminação se aplica a qualquer pessoa, independentemente de ser ouvida na condição de testemunha ou de investigada.

(Foto: EBC)

A decisão garante ao coronel George da Silva Divério o direito à não autoincriminação. Outras decisões sobre a CPI envolvem o advogado André Luis Guedes da Silva e o empresário Francisco Maximiano.

Quebra de sigilo - Em outra decisão relativa à CPI, o ministro Luís Roberto Barroso deferiu liminar no Mandado de Segurança (MS) 38036, a fim de impedir a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático de André Luis Guedes da Silva. Para o relator, o pedido de quebra de sigilos protocolado perante a CPI da Pandemia não foi adequadamente fundamentado.

Silva é advogado do deputado estadual do Amazonas Fausto Júnior e estaria envolvido na suspeita de aumento patrimonial dos familiares do parlamentar, o que motivaria a extensão da quebra de seus sigilos. O deputado estadual é acusado de não ter indiciado o governador e o secretário estadual de Saúde durante a condução de processo investigativo no âmbito da Assembleia Legislativa do Amazonas. Posteriormente, o governador e o secretário tornaram-se alvo de indiciamentos pela Polícia Federal na Operação Sangria.

Na primeira análise do MS, Barroso concluiu que o requerimento protocolado pela CPI não está adequadamente fundamentado, pois o advogado não chegou a ser ouvido pela comissão e, aparentemente, foi incluído na quebra de sigilo em razão da relação profissional com o deputado depoente. Ainda de acordo com o relator, ainda que um dos objetivos principais da CPI federal seja a apuração da crise sanitária no Amazonas, o requerimento questionado não fornece indícios suficientes de participação do advogado em ilícitos relacionados ao tema. Além disso, salientou que não foi esclarecida a utilidade das informações e dos dados solicitados.

Ministra Cármen Lúcia suspende reintegração de posse de terreno particular em Caraguatatuba (SP)

(Foto: STF)

Segundo a relatora, foi descumprida a decisão do Supremo que suspendeu, por seis meses, desocupações de áreas coletivas habitadas antes da pandemia.

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu medida cautelar na Reclamação (RCL) 48922 para suspender a execução da ordem de reintegração de posse de um terreno particular ocupado em Caraguatatuba (SP). Segundo a ministra, a decisão da 1ª Vara Cível de Caraguatatuba, ao restabelecer a determinação de reintegração, descumpriu a decisão do Supremo que suspendeu, por seis meses, desocupações de áreas coletivas habitadas antes da pandemia da Covid-19.

Caso - A reclamação foi ajuizada por um grupo de pessoas, de baixa renda e sem comprovante de renda, que reside na área ocupada. Elas alegam que, à revelia do que foi determinado pelo STF, a ordem de reintegração do imóvel não observou a garantia de que as famílias fossem levadas para abrigos que assegurem moradia adequada.

Eficácia vinculante - Ao deferir a cautelar, a ministra explicou que, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, o ministro Luís Roberto Barroso determinou a suspensão, pelo prazo de seis meses, de medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis, nos casos de ocupações anteriores a 20/3/2020, início da vigência do estado de calamidade pública (Decreto Legislativo 6/2020). Com relação às ocupações ocorridas após o marco temporal que sirvam de moradia para populações vulneráveis, o STF assentou que o Poder Público poderá atuar para evitar a sua consolidação, desde que as pessoas sejam levadas para abrigos públicos ou que, de outra forma, lhes seja assegurada moradia adequada.

Suspenso julgamento sobre a constitucionalidade de emenda que extinguia obrigatoriedade de RJU para servidores públicos

Na sessão de quarta-feira (18), o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou pela constitucionalidade de dispositivo da Emenda Constitucional (EC) 19/1998 que suprime da Constituição Federal a obrigação de que os entes federados instituam Regime Jurídico Único (RJU) e planos de carreira para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) questionam alterações introduzidas pela EC 19/1998, entre elas a que altera o caput do artigo 39 para extinguir a obrigatoriedade do RJU e cria o contrato público de trabalho, com a possibilidade da duplicidade de regimes. Os partidos sustentam que o texto promulgado não teria sido aprovado em dois turnos. O dispositivo está suspenso por liminar deferida pelo STF em agosto de 2007. A relatora da ADI, ministra Cármen Lúcia, já havia votado pela inconstitucionalidade formal do caput do artigo 39 da Constituição Federal com a redação dada pela EC 19/1998, por violação da regra constitucional que exige aprovação da proposta em dois turnos. Na sessão de hoje, o ministro Gilmar Mendes abriu divergência e, após seu voto, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Nunes Marques.

Ajuste redacional - Na avaliação de Gilmar Mendes, a votação da proposta não violou a regra da aprovação em dois turnos por 3/5 dos votos dos parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para alterar a Constituição. Ele observou que, em primeiro turno, a Câmara aprovou o texto, embora ele estivesse localizado no parágrafo 2º do artigo 39 do substitutivo. Após a redação do vencido, ele foi deslocado para o caput do artigo e, em segundo turno, aprovado por maioria de 3/5.

Prazo para pagamento de credores trabalhistas tem início após a concessão da recuperação judicial

O prazo de um ano para pagamento dos credores trabalhistas pelo devedor em recuperação judicial - previsto no artigo 54 da Lei 11.101/2005 - tem como marco inicial a data da concessão da recuperação, pois essa é a interpretação lógico-sistemática da legislação especializada em relação ao cumprimento de todas as obrigações previstas no plano de soerguimento.

Exceções a esse marco temporal estão previstas na própria Lei de Falência e Recuperação de Empresas (LFRE) -, mas não atingem as obrigações de natureza trabalhista.

O entendimento foi estabelecido pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao reformar acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) segundo o qual o prazo para pagamento dos credores trabalhistas deveria ser contado ou a partir da homologação do plano de recuperação ou logo após o término do prazo de suspensão previsto no artigo 6º, parágrafo 4º, da LFRE - o que ocorrer primeiro. De acordo com o artigo 6º - conhecido como stay period -, após o deferimento do processamento da recuperação judicial, devem ser suspensos por 180 dias procedimentos como as execuções ajuizadas pelo devedor e eventuais retenções, penhoras ou outras constrições judiciais contra o titular do pedido de recuperação.

Liberdade para negociar, mas com limites - A relatora do recurso especial do devedor, ministra Nancy Andrighi, explicou que a liberdade de acordar prazos de pagamento é orientação que serve de referência à elaboração do plano de recuperação. Entretanto, para evitar abusos, a ministra apontou que a própria LFRE criou limites à deliberação do devedor e dos credores em negociação.

Entre esses limites, prosseguiu a relatora, está exatamente a garantia para pagamento privilegiado dos créditos trabalhistas, tendo em vista a sua natureza alimentar.

Partidos contestam venda de agrotóxicos importados no RS sem aprovação nos países de origem

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizaram, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6955, em que questionam lei estadual do Rio Grande do Sul que permite a importação e a comercialização de agrotóxicos e biocidas não aprovados pelos órgãos sanitários de seus países de origem. O relator da ação é o ministro Dias Toffoli.

A Lei estadual 15.671/2021, sancionada em julho deste ano, altera norma de 1982 que só permitindo a entrada de pesticidas devidamente autorizados em seus países de origem. Com a mudança, os partidos argumentam que a utilização dos produtos pelos produtores locais depende apenas de registro nos órgãos federais competentes e de cadastro nas respectivas instâncias estaduais.

Segundo o PT e o PSOL, a medida afronta o princípio do devido processo legal, porque foi aprovada em regime de urgência, sem a devida discussão com a sociedade. Além disso, apontam violação aos princípios constitucionais da saúde, da proteção contra os riscos inerentes ao trabalho, da vedação ao retrocesso socioambiental e do meio ambiente equilibrado.

Ao reforçar o pedido de concessão de medida cautelar urgente, os partidos reiteram que a importação desses agrotóxicos e biocidas é potencialmente lesiva aos trabalhadores das lavouras e à população em geral, pois a norma tem efeito imediato, sem prazo de transição.

STF declara inconstitucionalidade da “candidatura nata”

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei das Eleições (Lei 9504/1997) que autorizava a chamada “candidatura nata’. Segundo o colegiado, a norma é incompatível com a Constituição Federal de 1988, por violar a isonomia entre os postulantes a cargos legislativos e a autonomia partidária. A decisão foi tomada nesta quarta-feira (18), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2530. A candidatura nata, prevista no parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Eleições, assegurava aos detentores de mandato de deputado federal, estadual e distrital, de vereador ou aos que tivessem exercido esses cargos em qualquer período da legislatura em curso o registro de candidatura para o mesmo cargo, nas eleições seguintes, pelo partido que estivessem filiados.

Liberdade partidária - Em seu voto, o relator da ação, ministro Nunes Marques, afirmou que o instituto da candidatura nata, criado em 1974, no regime militar, tinha como objetivo proteger o detentor de mandato dos “solavancos” na política interna partidária. Em seu entendimento, essa garantia é importante num sistema político em que existe a possibilidade de interferências externas indevidas na vida orgânica do partido, mas é totalmente inadequada em uma atmosfera de liberdade partidária.

Resolução do Senado que reduziu ICMS para produtos importados é constitucional

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da Resolução 13/2012 do Senado Federal, que reduziu para 4% as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre produtos importados. A decisão, por maioria de votos, foi tomada na sessão virtual encerrada em 16/8.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4858, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo sustentava que o Senado Federal não teria competência para fixar alíquotas de ICMS ou legislar sozinho sobre comércio exterior, porque essa prerrogativa seria do Congresso Nacional como um todo, por meio de lei complementar. Também argumentava, entre outros pontos, que a resolução cria discriminação tributária entre produtos estrangeiros e nacionais, ferindo o princípio da isonomia e as normas de proteção à indústria nacional.

Guerra dos Portos - Prevaleceu, no julgamento, o voto do ministro Gilmar Mendes pela improcedência da ação. Segundo ele, a norma procurou pôr fim à chamada “Guerra dos Portos”, em que alguns estados concediam benefícios fiscais, como a redução de ICMS, para atrair para si o desembaraço aduaneiro de produtos importados, sem o aval do Confaz.

A seu ver, o Senado encontrou “uma resposta adequada e dentro das balizas constitucionais” para resolver a disputa fiscal e ainda conseguiu equacionar outros problemas de origem comum, como a defesa da indústria nacional, o déficit na balança comercial e a redução de receitas de outros entes federados.

Quarta Turma do STJ reconhece validade de exclusão de coberturas prevista em contrato de seguro

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso especial por meio do qual a Associação Nacional de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Anadec), alegando seu caráter abusivo, pretendia anular as cláusulas que reduziram a cobertura de um contrato de seguro de vida em grupo.

O contrato previa garantia adicional para invalidez por acidente - mas com exclusão da cobertura nas hipóteses de acidente decorrente de hérnia, parto, aborto, perturbações e intoxicações alimentares ou choque anafilático. Por unanimidade, o colegiado considerou que essas limitações de cobertura não contrariam a natureza do contrato nem esvaziam seu objeto; apenas delimitam as hipóteses de não pagamento da indenização.

Relator do recurso, o ministro Antonio Carlos Ferreira afirmou que é da própria natureza do contrato de seguro que sejam previamente estabelecidos os riscos cobertos, a fim de que exista o equilíbrio atuarial entre o valor pago pelo consumidor e a indenização de responsabilidade da seguradora, caso ocorra o sinistro.

Na ação civil pública que deu origem ao recurso, a Anadec alegou que, ao fazer um seguro desse tipo, o consumidor, parte mais vulnerável, tem em mente o que o senso comum considera situações acidentais; no entanto, nas minúcias do contrato, muitas delas estão excluídas da cobertura.

Liberdade negocial e autonomia privada - O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) entendeu que a conduta da seguradora não foi abusiva, uma vez que a exclusão dos riscos estava expressamente prevista nas condições gerais do contrato.

Segundo o ministro Antonio Carlos Ferreira, é assegurada a revisão judicial do contrato de seguro quando verificada a existência de cláusula abusiva, imposta unilateralmente pelo fornecedor, que contrarie a boa-fé objetiva ou a equidade, promovendo desequilíbrio contratual e oneração excessiva ao consumidor, como nas hipóteses do artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

EDITAIS DE CASAMENTOS

Mohamed Ussáma Alderderi, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em São Paulo, SP no dia quatro de novembro de mil novecentos e oitenta e dois (04/11/1982), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Mohamed Ali Alderderi e de Fauzia Saleh Alderderi. Lilian Cátia dos Santos Sousa, estado civil solteira, profissão vendedora, nascida em Três Rios, RJ no dia três de março de mil novecentos e setenta e nove (03/03/1979), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luiz Antonio de Sousa e de Maria Cecilia dos Santos Sousa.

Alexandre Andrade Takita, estado civil solteiro, profissão funcionário público estadual, nascido em São Paulo, SP no dia primeiro de abril de mil novecentos e setenta e sete (01/04/1977), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Tuyoshi Takita e de Daisy Andrade Takita. Michelle Buchar Montenegro, estado civil solteira, profissão funcionária pública estadual, nascida em São Paulo, SP no dia quatorze de março de mil novecentos e setenta e nove (14/03/1979), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Souza Montenegro e de Sonia Batista Buchar Montenegro.

Conversão de União Estável em Casamento: Matheus Jesus Oliveira, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP no dia primeiro de janeiro de dois mil e um (01/01/2001), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Agenor João de Oliveira e de Maria de Jesus Oliveira. Ingrid Alves Teixeira, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia nove de março de dois mil e três (09/03/2003), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Reinaldo José Francisco Teixeira e de Fernanda Alves Costa.

Conversão de União Estável em Casamento: Douglas de Araujo Moura, estado civil solteiro, profissão auxiliar de loja, nascido em Pesqueira, PE no dia primeiro de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove (01/02/1999), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Eriberto Rodrigues de Moura e de Maria Rosilene de Araujo Moura. Carla Cristina da Silva Ratts, estado civil solteira, profissão assistente financeiro, nascida em São Paulo, SP no dia quatro de fevereiro de mil novecentos e noventa e um (04/02/1991), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Carlos Augusto Mota Ratts e de Maria José da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Johnny Clayton Bispo Costa, estado civil solteiro, profissão policial militar, nascido em São Paulo, SP no dia dez de abril de mil novecentos e oitenta e cinco (10/04/1985), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Edival da Conceição Costa e de Jandira Bispo de Andrade Costa. Michele Almeida Dias, estado civil solteira, profissão balconista, nascida em Feira de Santana, BA no dia primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa (01/01/1990), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Cesar Dias e de Maria Luciene Oliveira de Almeida.

Conversão de União Estável em Casamento: Tiago Rodrigues Aguiara, estado civil solteiro, profissão funcionário público, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e oitenta e três (25/04/1983), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Pedro Aguiara e de Antonia Rodrigues de Melo Aguiara. Gilciane Alves de Alencar, estado civil solteira, profissão bombeira civil, nascida em Ouricuri, PE no dia dez de julho de mil novecentos e noventa (10/07/1990), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Jose Alves de Alencar e de Gilvani Alves de Alencar.

Conversão de União Estável em Casamento: Thiago Batista de Souza Aguiar, estado civil solteiro, profissão motoboy, nascido em São Paulo, SP no dia onze de abril de mil novecentos e noventa e cinco (11/04/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Leandro Oliveira de Aguiar e de Simone Batista de Souza. Thalita Porto Pereira, estado civil solteira, profissão atendente, nascida em São Paulo, SP no dia trinta de março de mil novecentos e noventa e sete (30/03/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Valdir Pereira Pinto e de Tatiana Ferreira Porto.

Vinicius Lima do Nascimento, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e sete de julho de mil novecentos e noventa e sete (27/07/1997), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisco Oliveira do Nascimento e de Solange Delfino de Lima. Stephanie Carneiro Ribeiro, estado civil solteira, profissão assistente administrativo, nascida em São Paulo, SP no dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e quatro (31/05/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Marcio Ribeiro e de Silvia Maria Carneiro.

Gilvan Tavares de Amorim, estado civil solteiro, profissão auxiliar de escritório, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e três de abril de mil novecentos e oitenta e dois (23/04/1982), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Gildavo Tavares de Amorim e de Dominga de Amorim. Elisete Anibal Oliveira Santos, estado civil divorciada, profissão diarista, nascida em São Paulo, SP no dia dezenove de janeiro de mil novecentos e oitenta e um (19/01/1981), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Jose Oliveira Santos e de Ivani Anibal Oliveira Santos.

Bruno Carlos de Lima, estado civil solteiro, profissão empresário, nascido em São Paulo, SP no dia doze de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco (12/12/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Luiz Carlos de Lima e de Maria Sileide Santos de Lima. Sinéia Lima da Silva, estado civil solteira, profissão cirurgiã dentista, nascida em São Paulo, SP no dia treze de setembro de mil novecentos e noventa e quatro (13/09/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Severino Manoel da Silva e de Lindinéia Lima da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Rutenaldo Carlos Florentino, estado civil solteiro, profissão jardineiro, nascido em Jussara, BA no dia vinte e nove de novembro de mil novecentos e setenta e três (29/11/1973), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Reginaldo Florentino e de Edenilta Carlos Florentino. Marcia Ferreira da Silva Pinto, estado civil viúva, profissão do lar, nascida em Magda, SP no dia quatorze de junho de mil novecentos e sessenta e dois (14/06/1962), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Lair Ferreira da Silva e de Fiorinda Donatoni da Silva.

Lucas Ramos da Silva, estado civil solteiro, profissão motoboy, nascido em São Paulo, SP no dia treze de setembro de mil novecentos e oitenta e nove (13/09/1989), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Ademir José da Silva e de Jeremita Costa Ramos da Silva. Amanda Gonçalves Costa, estado civil solteira, profissão vendedora, nascida em São Paulo, SP no dia dezesseis de setembro de mil novecentos e noventa (16/09/1990), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Sebastião Natividade da Costa e de Beatriz Gonçalves Carvalho Costa.

Conversão de União Estável em Casamento: Francisco de Jesus Santos, estado civil solteiro, profissão servente, nascido em Santa Terezinha, BA no dia cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro (05/10/1984), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Edesio de Jesus Santos e de Edite José de Almeida. Joceline Nepomuceno de Amorim, estado civil solteira, profissão diarista, nascida em Camamu, BA no dia seis de novembro de mil novecentos e oitenta e sete (06/11/1987), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Gilson Pires de Amorim e de Estelita Souza Nepomuceno.

Fernando Negreiros Henriques, estado civil divorciado, profissão bancário, nascido em São Paulo, SP no dia trinta de novembro de mil novecentos e setenta e dois (30/11/1972), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisco Veridiano Pinto Henriques e de Gerarda Leonardo Negreiros Henriques. Kelly Silva Marçola de Almeida, estado civil divorciada, profissão confeiteira, nascida em Maua, SP no dia dezessete de outubro de mil novecentos e noventa e quatro (17/10/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Firma Isidia da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: José Marques da Silva, estado civil solteiro, profissão ajudante de mecânico, nascido em Cupira, PE no dia quatro de março de mil novecentos e setenta e cinco (04/03/1975), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de João José da Silva e de Olindina Maria da Silva. Nathalia Aparecida Gonçalves, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Sertaneja, PR no dia vinte e sete de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois (27/02/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Orivaldo Antonio Gonçalves e de Rutiléa Aparecida da Silva.

Alex Sandro de Souza, estado civil solteiro, profissão instalador, nascido em São Paulo, SP no dia doze de novembro de mil novecentos e setenta e nove (12/11/1979), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Raimundo Augusto de Souza Sobrinho e de Rosineire Fatima Ferrari. Rosangela Gomes dos Santos, estado civil solteira, profissão encarregada, nascida em São Paulo, SP no dia três de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro (03/11/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Adão Arcenio dos Santos e de Loides Gomes dos Santos.

Samuel Mesquita Rodrigues, estado civil solteiro, profissão vendedor externo, nascido em São Paulo, SP no dia primeiro de setembro de mil novecentos e noventa e nove (01/09/1999), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Tadeu Alves Rodrigues e de Veraluce Rodrigues Mesquita. Iara Cristina de Lima, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia onze de março de dois mil e três (11/03/2003), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Joel de Souza Lima e de Rozinete Pereira de Souza Lima.

Maurício Alves Galdino, estado civil divorciado, profissão frentista, nascido em Carnaíba, PE no dia dezoito de dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco (18/12/1985), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel Alves Galdino e de Luciene Antonia Galdino. Ana Cassia da Silva Oliveira, estado civil solteira, profissão autônomo, nascida em Piripiri, PI no dia seis de agosto de mil novecentos e noventa e dois (06/08/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luis Gonzaga Barros de Oliveira e de Maria da Silva Oliveira.

Edmar Braz de Lima, estado civil divorciado, profissão porteiro, nascido em São Paulo, SP no dia trinta de agosto de mil novecentos e setenta (30/08/1970), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Teodomiro Braz de Lima e de Olindina Rodrigues de Lima. Walkiria Barbosa de Lima, estado civil divorciada, profissão doméstica, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e um de abril de mil novecentos e setenta e dois (21/04/1972), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Pedro Barbosa e de Benedita Barbosa de Lima.

Jessé Alves Duarte, estado civil divorciado, profissão auxiliar de governança, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e quatro de setembro de mil novecentos e noventa e um (24/09/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jorge Washington Duarte Filho e de Enilda Alves Pacheco Duarte. Thalia Sousa Assunção, estado civil solteira, profissão auxiliar de limpeza, nascida em Santa Luzia, MA no dia dois de junho de mil novecentos e noventa e sete (02/06/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Edinaldo Teixeira Assunção e de Rita Sousa Assunção.

Danilo Freire Pereira, estado civil solteiro, profissão auxiliar comercial, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e três de novembro de mil novecentos e noventa e dois (23/11/1992), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Everaldo Nunes Pereira e de Magnolia Oliveira Freire Pereira. Andreza Alves Pinheiro, estado civil divorciada, profissão professora, nascida em São Paulo, SP no dia sete de maio de mil novecentos e oitenta e quatro (07/05/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Francisco Sonclê Pinheiro e de Marcia Alves dos Reis Pinheiro.

Conversão de União Estável em Casamento: Aloisio da Anunciação Bispo Junior, estado civil solteiro, profissão tecnico em radiologia, nascido em Salvador, BA no dia onze de março de mil novecentos e oitenta e nove (11/03/1989), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Aloisio da Anunciação Bispo e de Claudia das Neves Bispo. Vera Lúcia Cruz Teles, estado civil solteira, profissão cozinheira, nascida em Salvador, BA no dia vinte e seis de julho de mil novecentos e sessenta e cinco (26/07/1965), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Gildásio Teles e de Marina Rodrigues da Cruz.

Deleon Alves dos Santos, estado civil solteiro, profissão eletricista, nascido em Ibitiara, BA no dia vinte e dois de abril de mil novecentos e noventa e um (22/04/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Felipe José dos Santos e de Celina Bispo Alves. Ellen Samille Souza Santos, estado civil solteira, profissão professora, nascida em Ipiaú, BA no dia primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove (01/01/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Renato Moraes dos Santos e de Eliene Souza dos Santos.

Renato de Jesus Silva, estado civil divorciado, profissão enfermeiro, nascido em São Paulo, SP no dia onze de junho de mil novecentos e oitenta (11/06/1980), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisca Rosa de Jesus Silva. Sheila Lopes Cunha, estado civil solteira, profissão enfermeira, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e oito de março de mil novecentos e noventa (28/03/1990), residente e domiciliada em Cajamar, SP, filha de Netanias Lopes Cunha e de Maria Helena Lopes Cunha.

Conversão de União Estável em Casamento: Leandro do Espírito Santo Amorim, estado civil solteiro, profissão carpinteiro, nascido em Miguel Alves, PI no dia primeiro de setembro de mil novecentos e oitenta e nove (01/09/1989), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel dos Santos Amorim e de Maria da Conceição do Espirito Santo. Maria José da Conceição, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Miguel Alves, PI no dia quinze de fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro (15/02/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Maria de Eliane da Conceição.

Fernando Mota Gomes, estado civil solteiro, profissão garçom, nascido em Itapebi, BA no dia quatorze de abril de mil novecentos e oitenta e um (14/04/1981), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisco Ferreira Gomes e de Laurita Batista Mota. Tayna Maria Lima da Silva, estado civil solteira, profissão manicure, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e um de abril de mil novecentos e noventa e cinco (21/04/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Cicero Gomes da Silva e de Maria Madalena de Lima.

Conversão de União Estável em Casamento: Antonio de Lima Moraes, estado civil viúvo, profissão motorista de ônibus, nascido em São Paulo, SP no dia oito de julho de mil novecentos e sessenta (08/07/1960), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Antonio Rodrigues de Moraes e de Maria do Carmo Sá de Moraes. Viviane Barbosa de Morais, estado civil divorciada, profissão balconista, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e um de junho de mil novecentos e oitenta e sete (21/06/1987), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Alfredo de Morais e de Marinalva Barbosa de Morais.

Airton da Silva Rocha, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em Diadema, SP no dia vinte de julho de mil novecentos e noventa e quatro (20/07/1994), residente e domiciliado em Itapecerica da Serra, SP, filho de Adelio Gergorio da Rocha e de Luiza Josefa da Silva. Ana Carla Nobrega da Silva, estado civil solteira, profissão autônoma, nascida em Guarulhos, SP no dia dezessete de agosto de mil novecentos e oitenta e seis (17/08/1986), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Mario Santos da Silva e de Blandina Vieira de Nobrega.

Câmara aprova ampliação de acesso da população a subsídio na conta de luz

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira projeto que amplia o acesso da população de baixa renda ao programa Tarifa Social, que concede descontos escalonados na conta de luz A proposta segue agora para a sanção presidencial. O projeto já tinha passado pela Casa, mas foi alterado pelo Senado e teve de voltar para a análise dos deputados.

Pelo texto, as distribuidoras de energia poderão inscrever consumidores no programa de forma automática. Atualmente, essa atribuição pertence apenas ao Ministério da Cidadania e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Além disso, para obter o subsídio, os beneficiários precisam procurar as prefeituras e as empresas, além de provar que se enquadram nos critérios do programa, definidos em lei.

"É um dos projetos mais importantes deste ano. Vai atender milhões de pessoas quando a inflação galopa e falta comida", afirmou o relator do projeto na Câmara, o deputado Leo Moraes (Podemos-RO).

No Senado, o relator, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), incluiu em seu parecer que a lei deverá entrar em vigor 120 dias após a sanção.

Têm direito ao desconto cerca de 11 milhões de famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) dos programas sociais do governo com renda per capita igual ou menor a meio salário mínimo.

Neste ano, o programa terá custo de R$ 3,6 bilhões, valor que é embutido na conta de luz de todos os consumidores. Em média, cada família consome 126 quilowatts-hora (kWh) mensais e recebe um desconto de R$ 24,00.

A Aneel estima que há subnotificação e que quase 17 milhões de famílias estariam aptas ao subsídio.

Na Câmara, o relator rejeitou uma alteração do Senado para estender o benefício àqueles que moram em empreendimentos habitacionais de interesse social e dos programas Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela, com renda entre 1 e 1,5 salários mínimos. A oposição tentou, por meio de destaque, manter essa ampliação, mas foi derrotada. O programa Tarifa Social concede descontos escalonados na conta de luz de consumidores de baixa renda - de 65% para os primeiros 30 kWh consumidos; 40% de 31 kWh a 100 kWh; 10% de 101 kWh a 220 kWh; e zero a partir de 221 kWh. Indígenas e quilombolas têm 100% de desconto caso consumam até 50 kWh; 40% entre 51 kWh e 100 kWh; 10% de 101 kWh a 220 kWh; zero a partir de 221 kWh.

Ministro diz que Brasil continua negociando TEC e cita diálogo com Argentina

O ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto de Franco França, disse que o Brasil continua negociando a redução da Tarifa Externa Comum do Mercosul, que é a taxa cobrada na importação de produtos de fora do bloco. "Mantenho diálogo fluido com Argentina. Continuamos negociando", afirmou, durante audiência pública da Comissão de Relações Exteriores do Senado, que debate o tema "Mercosul: tarifa externa comum e potencial de ampliação do bloco". França lembrou que, no primeiro semestre, o Brasil propôs reduzir a TEC em 10% imediatamente e mais 10% no fim do ano.

A Argentina, contrária à redução linear, aceitou uma redução de 10% limitada a 75% da pauta comercial, o que o Brasil achou insuficiente.

Pelas regras do Mercosul, qualquer mudança no bloco só pode ser feita com consenso entre os membros, o que vem sendo usado pela Argentina para barrar a redução pretendida pelo Brasil. "Continuamos negociando. A regra do consenso não pode ser utilizada como veto nem impedir avanços do Mercosul", completou França.

Na audiência, o chanceler disse ainda que os sócios do Mercosul concordaram em retomar negociações de um acordo de livre comércio com o Peru e também estão previstas conversas para o aumento do comércio com o Equador. Também participam do evento realizado por videoconferência o ex-ministro das Relações Exteriores e embaixador Celso Lafer; o ministro da Economia, Paulo Guedes; o embaixador do Uruguai para o Brasil, Guilhermo Valles Galmes; e o gerente de Políticas de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrízio Sardelli Panzini.

Aziz faz alerta sobre limite de silêncio de Maximiano na CPI

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Omar Aziz (PSD-AM), decidiu dar sequência ao depoimento do dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, apesar de o empresário ter decidido ficar em silêncio na maioria dos questionamentos.

Aziz, porém, alertou o empresário que há limites para o silêncio garantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que poderá adotar medidas se ele se recusar a responder questionamentos dos senadores que não o incriminem. "Me avisem", disse o presidente da comissão aos integrantes do colegiado.

O vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), havia pedido uma suspensão da reunião para esclarecer os limites do silêncio garantido pelo Supremo Tribunal Federal. Omar Aziz deixou claro que o empresário poderá sofrer consequências. A prisão de Maximiano está no radar do colegiado.

No mês passado, após a diretora da Precisa Emanuela Medrades ficar em silêncio no início do depoimento, a CPI consultou o Supremo, que esclareceu a limitação do silêncio. Em seguida, Medrades resolveu falar e prestou um novo depoimento.

A defesa de Maximiano argumentou que o empresário está no limite da decisão do STF e que obrigá-lo a responder às perguntas é extrapolar a garantia do Supremo.

"Parece que o ministro Fux deixou margem para prisão do depoente que ficar calado", afirmou a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS). "Não há silêncio dos inocentes aqui. Nós sabemos ler nas entrelinhas o silêncio. Estamos ficando experts em ler o silêncio daqueles que não são inocentes. Ele sabe que, se falar, vai ter que mentir ou se autoincriminar", disse a senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Frederick Wassef na mira - A CPI da Covid também aprovou nesta quinta-feira a quebra de sigilo fiscal de Frederick Wassef, que se apresenta como advogado do presidente Jair Bolsonaro. As informações sobre Wassef precisarão ser fornecidas pela Receita Federal, com dados de empresas em que o advogado possa ter participação, como de faturamento desses negócios.

Autor do pedido de quebra, o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que a partir dos depoimentos colhidos até o momento na comissão, junto às informações coletadas, foram interrelacionados comportamentos, transferências monetárias e ligações societárias entre diversas empresas e pessoas. Na lista apresentada pelo senador estão nomes como de Wassef e Francisco Maximiano.

"E é exatamente nessa esteira que, visando complementar e esclarecer as informações já levantadas anteriormente, faz-se imperiosa a aprovação do presente requerimento. Além de tudo, as pessoas acima relacionadas possuem registros de passagens de recursos e/ou relacionamentos comerciais com origem ou destino na empresa Precisa Comercialização de Medicamentos, seus sócios, familiares destes e outros investigados por esta CPI", afirmou Renan Calheiros.

Maximiano nega contato com Barros sobre emenda de importação da Covaxin

Durante depoimento na CPI da Covid, o dono da Precisa Medicamentos, Francisco Maximiano, negou influência na aprovação de uma lei no Congresso para destravar a importação da vacina indiana Covaxin. A sugestão foi aprovada após emenda apresentada pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), investigado pela CPI.

Maximiano admitiu conhecer Ricardo Barros e ter interesse na emenda, mas negou influência no processo legislativo. "Por óbvio, tornava a Covaxin elegível, também como outras autoridades, mas não houve absolutamente nenhum contato com o deputado Ricardo Barros e tampouco com outro para fazer essa inclusão", afirmou.

Barros foi autor, em fevereiro, de emenda na Câmara que viabilizou a importação da Covaxin por meio da inclusão da Central Drugs Standard Control Organization (CDSCO), da Índia, na lista de agências reconhecidas pela Anvisa para permitir a autorização de importação e distribuição de vacinas de outros países. A CDSCO deu aval à Covaxin. No Brasil, a Anvisa chegou a ceder uma autorização prévia para importar o imunizante, mas cancelou a licença em meio às suspeitas. Ao depor na CPI, o deputado negou que a emenda tivesse relação com o caso.

O dono da Precisa ficou em silêncio na maioria das perguntas feitas pelo relator da investigação, Renan Calheiros (MDB-AL). Uma das perguntas não respondidas foi sobre o padrão de vida em relação aos seus rendimentos.

Ele levou à Índia uma comitiva de empresários com os quais sua rede de empresas fez transações milionárias consideradas suspeitas. A CPI apura se alguma dessas movimentações financeiras serviram para lavagem de dinheiro. Maximiano negou relação entre a Precisa e o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro. O parlamentar, porém, levou Maximiano para uma reunião com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, em 13 de outubro. Flávio Bolsonaro negou que o encontro tenha relação com a Covaxin, versão repetida pelo empresário durante o depoimento.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676